



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

ERIN FERNANDES BUENO

**“Lento, mas avanço”: autonomia e adaptação na construção de uma
horta comunitária em Taguatinga, DF**

Brasília – DF

2022

ERIN FERNANDES BUENO

“Lento, mas avanço”: autonomia e adaptação na construção de uma horta comunitária em Taguatinga - DF

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho

Brasília – DF

2022

ERIN FERNANDES BUENO

**“Lento, mas avanço”: autonomia e adaptação na construção de uma horta
comunitária em Taguatinga, DF**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Banca Examinadora:

Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (orientador)

Departamento de Antropologia - UnB

Dr. Fernando Araújo Sobrinho

Departamento de Geografia - UnB

Brasília – DF

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre me incentivou a estudar e nunca deixou de acreditar em mim, me estimulando a entrar na Universidade de Brasília e respeitando minhas escolhas profissionais. À minha avó, especialmente, que se tornou uma grande companheira e que não mediu esforços para que eu pudesse me dedicar à faculdade.

Aos meus amigos mais antigos, Dani, José, Ana, Gabi, Karine, Milena, Gabriel e Ingrid. Por serem as melhores pessoas do mundo e me ajudarem a persistir. Por serem tão inteligentes, acolhedores e divertidos. E por se disporem a dedicar o seu tempo me ajudando nas mais diversas tarefas, inclusive na revisão deste trabalho.

A todos amigos que fiz na UnB, especialmente Ana Letícia, Yan, Tamy, Laísa, Irene, Jess, Vagner, Jonas, Maria Virgínia, pelas fofocas, discussões e pela admiração recíproca.

Aos amigos da coluna Abolição, Aline, Vitor, Renata, Dri, Gabrielle e Luciano, pelas coautorias que recuperaram minha vontade de escrever.

Aos amigos do PANC, Café, Karine, Mimi, Raíssa, Dimitri, Otto, João e Vitória. E também a Giovanna, Álilien e Gi, que passaram pelo projeto e hoje já não fazem mais parte. Por ajudarem a semear boa vontade, cuidado e resiliência neste mundo tão desanimador. Por me tirarem da cama nos sábados. E por serem a razão deste trabalho.

Ao meu amor, Julia, que conheci graças ao PANC e que deu graça à minha vida. Por ser a pessoa de quem mais enchi o saco. Por ter me escutado e me entendido, me dando sempre motivos pra sorrir.

Ao Seu Antônio, pela dedicação que possibilitou que nossa horta continuasse existindo. E a todas as pessoas que participaram da construção da horta de alguma forma.

Ao meu orientador Henyo, por ter aceitado me orientar durante uma pandemia, com tudo tão incerto, e ter sido tão atencioso durante esse processo. Pelo entusiasmo com que sempre recebeu minhas propostas e pela compreensão e calma com que tratou minhas dificuldades.

Ao professor Fernando Araújo Sobrinho, por ter aceitado de prontidão fazer parte da banca examinadora.

Às secretárias do Departamento de Antropologia, Rosa e Thaís, e aos trabalhadores terceirizados da UnB, pelo trabalho fundamental, que deveria ser mais reconhecido.

Ao Library Genesis, ao Sci-Hub, ao Riseup e a todas as iniciativas que buscam acabar com as fronteiras no conhecimento, sem as quais eu não teria acesso a muitas das referências citadas a seguir.

A David Graeber, a Bruno Latour e a Mike Davis, cujas ideias me inspiraram profundamente e que se encantaram no período de produção deste trabalho.

A quem vier a ler as páginas a seguir, pela escolha generosa de estabelecer uma conexão com estas palavras.

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre a trajetória do Projeto Agricultura na Cidade (PANC), que consiste na construção de uma horta urbana em Taguatinga, Distrito Federal. Atuando e pesquisando de dentro desde o início do projeto, busco apontar como a nossa experiência é marcada pela busca por autonomia e pela necessidade de adaptação diante da pandemia de Covid-19 e de outras circunstâncias. Em um diálogo transdisciplinar, a partir do paradigma da agroecologia, essas características são entendidas como parte de um processo de apropriação e produção do espaço que se contrapõe à lógica hegemônica.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Hortas comunitárias; Agroecologia.

ABSTRACT

This work reflects on the trajectory of Projeto Agricultura na Cidade (Agriculture in the City Project), which consists in the construction of an urban garden in Taguatinga, Federal District, Brazil. Acting and researching from within since the beginning of the project, I seek to point out how our experience is marked by the search for autonomy and the need for adaptation, considering the Covid-19 pandemic and other circumstances. In a transdisciplinary dialogue, based on the agroecology paradigm, these features are understood as part of a process of space appropriation and production that opposes the dominant ideology.

Keywords: Urban agriculture; Community gardens; Agroecology.

LISTA DE SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

AUC – Agricultura Urbana Comunitária

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CMS – Comissão de Meio Ambiente

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Covid-19 – *Coronavirus Disease*

DF – Distrito Federal

Emater/DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

ICS – Instituto de Ciências Sociais

MPL – Movimento Passe Livre

MEI – Microempreendedor Individual

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

PANC – Projeto Agricultura na Cidade

PAAUP – Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PL – Projeto de Lei

RA – Região Administrativa

RIA – Coletivo Resistência Internacional de Artistas

RUAS – Rede Urbana de Ações Socioculturais

Seagri-DF – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Sesan – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UBS – Unidade Básica de Saúde

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de renda domiciliar em Taguatinga por faixas de salário.....	23
Figura 2 - Arborização em área residencial do Plano Piloto (Asa Sul).....	24
Figura 3 - Área residencial da QNJ (Taguatinga).....	24
Figura 4 - Foto do local antes das nossas intervenções.....	29
Figura 5 - Raíssa escreve “PANC em construção” no muro.....	35
Figura 6 - Otto escreve “Joga lixo aki não” no muro.....	36
Figura 7 - Faixa estendida no dia 1º de maio.....	37
Figura 8 - Julia e Vitória construindo canteiro.....	38
Figura 9 - Dimitri e Gislaine observam Otto e João finalizarem canteiro.....	39
Figura 10 – Mural zapatista: “Lento, pero avanzo”	41
Figura 11 – Seu Francisco e Mimi descansando.....	42
Figura 12 – Construção de canteiro baixo.....	43
Figura 13 – Karine e João preparam almoço na casa do Otto.....	43
Figura 14 – O gato Macaquito deitado em meio a ferramentas.....	44
Figura 15 – Aline e Gisa grafitando o muro.....	48
Figura 16 – Otto e Raíssa confeccionam placas.....	49
Figura 17 – Eu (Erin) preparando stencil.....	49
Figura 18 – Valentim pintando placa.....	50
Figura 19 – Karine posa para foto antes de ir embora.....	50
Figura 20 – Foto do local depois da construção dos canteiros e do grafite.....	52
Figura 21 – Releitura de caracol zapatista: “Lento, mas avanço”	53
Figura 22 – Preparo da terra para os canteiros.....	54
Figura 23 – Meus avós, Luciene e Luiz, regam a horta.....	55
Figura 24 – Daniel tira foto de seu filho Augusto regando a horta.....	56
Figura 25 – Placa de sinalização da horta.....	57
Figura 26 – Seu Antônio molhando Espadas-de-São-Jorge recém-plantada.....	60
Figura 27 – Café, Yan e Raíssa plantam em espiral de ervas.....	61

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	11
Capítulo 1 – A Agricultura Urbana no Distrito Federal	18
Capítulo 2 – O Projeto Agricultura na Cidade (PANC): contando e refletindo sobre as experiências	26
Considerações finais	63
Referências	64

“Quando vemos o que todas as diferentes instituições e mecanismos de dominação têm em comum, torna-se claro que nossas lutas individuais são também parte de algo maior que nós, algo que pode nos conectar. Quando nos unimos em torno dessa conexão, tudo muda: não apenas nossas lutas, mas também nosso senso de potencial de agir, nossa capacidade de desfrutar, a sensação de que nossas vidas têm sentido. Tudo o que precisamos para nos encontrar umas com as outras é começar a agir de acordo com uma lógica diferente”.

Para Mudar Tudo – CrimethInc.

Considerações Iniciais

Prodígio é, em sua essência, uma capacidade de adaptação e obsessão positiva e persistente. Sem persistência, o que sobra é um entusiasmo do momento. Sem capacidade de adaptação, o que sobra pode ser canalizado para um fanatismo destrutivo. Sem obsessão positiva, não existe absolutamente nada (BUTLER, 2018, p.11).

É com as palavras acima que Octavia Butler abre seu romance *A Parábola do Semeador*, publicado em 1993. Ou melhor, esses são versículos do “livro dos vivos”, escrito pela protagonista Lauren Oya Olamine. Vivendo um cenário onde a miséria e a violência são generalizadas e a maioria das pessoas espera por um milagre que fará a civilização retornar a uma pretensa ordem, Lauren se prepara para o contrário, ou seja, para o colapso dessa civilização. Ela estuda técnicas de sobrevivência e, quando se vê desamparada, na condição de fugitiva, passa a recrutar pessoas para a sua própria comunidade religiosa, na qual a mudança é a realidade universal em que devem depositar a sua fé e que deve guiar as suas ações.

A mudança não possui um curso único, mas é maleável, e Butler convida o leitor a assumir sua parte nessa moldagem: mudar e ser mudado. Isso significa se adaptar às condições de um mundo em destroços, mas não como vítimas, e sim *semeando* (como na parábola do semeador da Bíblia) um destino novo — por mais imprevisível e incerto que ele seja. Acredito que essa fé na mudança (que me lembra da filosofia messiânica da história de Walter Benjamin)¹ e essa vontade de semear algo em meio ao caos (que Mikhail Bakunin chamaria de “paixão criativa”)² são, metafórica e materialmente, o que dá origem ao Projeto Agricultura na Cidade (PANC), sobre o qual este trabalho se debruça.

O PANC é um projeto que consiste, até o momento, na construção de uma horta comunitária em Taguatinga, no Distrito Federal (DF). O projeto foi idealizado por um grupo de afinidades, no qual me incluo, no início de 2020, pouco antes da pandemia de Covid-19 começar a se agravar no Brasil, e desde então tem sido executado de acordo

¹ “Como parar esta tempestade, como interromper o progresso em sua progressão fatal? Como sempre, a resposta de Walter Benjamin é dupla: religiosa e profana. Na esfera teológica, trata-se da tarefa do Messias; seu equivalente, ou seu correspondente profano, não é outro senão a revolução. A interrupção messiânica e revolucionária do progresso é, portanto, a resposta de Benjamin para as ameaças, que fazem pesar sobre a espécie humana, a continuidade da tempestade maléfica, a iminência de novas catástrofes. Somente o Messias poderá cumprir o que o “Anjo da História” é impotente para realizar: parar a tempestade, curar os feridos, ressuscitar os mortos e “reunir o que foi destruído” (LÖWY, 2005, p. 93).

² Ver BAKUNIN, M. *A Reação na Alemanha*. In: *Cadernos Peninsulares*, Nova Série, Ensaio 17. Tradução: José Gabriel. Portugal: Editora Assírio & Alvin, 1976.

não só com a nossa vontade e organização, mas também com o que é permitido pela conjuntura.

A pesquisa que fundamenta este trabalho teve início em setembro daquele ano, com a aprovação do plano de trabalho de Iniciação Científica intitulado “Projeto Agricultura Na Cidade (PANC): hortas urbanas como ferramentas de fortalecimento comunitário e promoção de autonomia”. Como esse título sugere, eu pretendia investigar a hipótese, muito presente na literatura sobre o tema e da qual eu já estava aprioristicamente convencido, de que a mobilização da comunidade em torno de uma horta possibilitaria tanto a criação e o fortalecimento de vínculos entre as pessoas e com o lugar, como também uma nova significação acerca da alimentação e de práticas ecológicas (BUENO, 2021).

Contudo, a pandemia impôs uma série de limitações e reconfigurações para o projeto no que tange à possibilidade de reunir as pessoas e executar as atividades pretendidas. Por isso, foi necessário readequar a proposta da pesquisa a esse cenário. Ainda no contexto da iniciação científica, mudei o título do relatório para “A construção de hortas urbanas como prática política: limites e potencialidades do Projeto Agricultura na Cidade (PANC) em Taguatinga, DF”. Essa nova abordagem permitiu não apenas focar nos possíveis efeitos dessa prática sobre uma comunidade específica, mas, sobretudo, refletir sobre as intencionalidades, expectativas, frustrações, interesses, disputas e os sujeitos envolvidos com ela.

No período que sucedeu a iniciação científica, em que a atividade do PANC e a pesquisa para este trabalho continuaram, percebi que a capacidade de adaptação era chave para descrever nossa experiência – por isso ela é incorporada ao novo título. A palavra “autonomia” também faz parte porque a “construção autônoma” foi enfatizada pela minha amiga/interlocutora/coautora Raíssa quando pedi sugestões para esse mesmo título, assim como a expressão “lento, mas avanço”. Essa frase está registrada em um desenho na parede da nossa horta – que se inspira em um similar, feito em um território zapatista – sobre o qual falarei mais no capítulo 2.

O fato de eu fazer parte do grupo que estou pesquisando levanta algumas questões, relativas à minha presença no campo e às técnicas empregadas. Geralmente, a chamada “observação participante”, como a forma consagrada por Malinowski de realizar o trabalho de campo, é caracterizada pelo rito de se aproximar de um grupo após ter surgido o interesse de pesquisá-lo, em um processo no qual a diferença entre pesquisador e

informantes/interlocutores está, em maior ou menor grau, estabelecida. A antropologia clássica se institucionaliza a partir dos estudos sobre “outros” distantes.

Por essa razão, José Magnani (2003) fala de um preconceito dos próprios antropólogos em relação à antropologia urbana, por se voltar a questões mais próximas do pesquisador ocidental. Apesar disso, é possível afirmar que hoje o “familiar” (o próprio país, cidade, vizinhança ou local de trabalho, por exemplo) já é amplamente entendido como algo que também pode ser “estranhado”, por não ser necessariamente “conhecido”. Esse debate, cristalizado no Brasil por Roberto DaMatta (1978) e Gilberto Velho (1978), está presente nas mais diversas ementas de Introdução à Antropologia.

Ainda que essa possibilidade já esteja estabelecida, não são tão comuns publicações acerca dos próprios grupos de afinidades, com os quais não se compartilha apenas os mesmos espaços e ocupações, mas já existe um vínculo voluntário de maior proximidade, valores e visões de mundo em comum. Suspeito que a pandemia tenha proporcionado um aumento nas pesquisas desse tipo, assim como nas etnografias virtuais e de documentos, haja vista a impossibilidade de sair de casa durante boa parte desse período.

Como minha presença no PANC precede a existência da pesquisa e a incorporação de um *ethos antropólogo*, e como os demais integrantes do projeto são meus amigos, além de também serem universitários e estarem acostumados a lidar com determinadas elaborações teóricas no cotidiano, essa relação de distância característica da antropologia tradicional parece se esvaír: não estou fazendo um trabalho sobre “eles”, mas sim sobre “nós”.

Por outro lado, esse *nós* também deve ser objeto de indagação. Em primeiro lugar, seria muito pretensioso tentar falar em nome de todos que estão incluídos no *nós*, como se a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998) me tornasse capaz de apreender, objetivamente, todos os elementos que o constituem e como se não existisse, efetivamente, um “eu” próprio do fazer etnográfico: que registra³, seleciona e escreve (STRATHERN, 2014). O *nós* não deixa de ser uma concepção desse *eu*. Além disso,

³ Os registros fotográficos que aparecem no trabalho foram feitos por mim e por outros integrantes do PANC com o intuito principal de publicar nas redes sociais do projeto. Portanto, não são todos de minha autoria. Não foi possível, porém, identificar a autoria individual dos demais, já que as imagens estavam armazenadas na nossa nuvem compartilhada, sem esse tipo de identificação. Dessa forma, aquelas cuja autoria é desconhecida são referenciados como parte do nosso acervo coletivo.

existem outros sujeitos que não estão necessariamente implicados no *nós*⁴, mas cuja presença é fundamental.

Nesse sentido, interessa informar que, para além da vivência, isto é, da participação nas reuniões, atividades e na organização do projeto, também realizei entrevistas livres e questionários com os meus colegas-interlocutores. Durante os momentos em que eu os chamava para conversar, ou quando eu pedia para que repetissem algo que haviam dito (de modo a possibilitar que eu gravasse), a lembrança de que eu estava realizando uma pesquisa vinha à tona. Na maioria das vezes, essas solicitações foram tratadas de forma descontraída e solícita, mas o fato de a fala ser registrada também acompanha mais pausas, mais preocupação com o que é dito, evidenciando a produção de discursos que ocorre diante de uma alteridade, mesmo que momentânea e transitória, entre pesquisador e pesquisado.

Identificar e refletir sobre esses discursos é o principal objetivo deste trabalho, de modo a não apenas reificar as visões do grupo ou produzir “mistificações desnecessárias” sobre a nossa experiência (STRATHERN, 2014), mas buscando encontrar algo minimamente novo e interessante. Como propõe David Graeber:

Idealmente, a etnografia trata de desvendar as lógicas simbólicas, morais ou pragmáticas ocultas subjacentes a certos tipos de ação social; a forma como os hábitos e ações das pessoas fazem sentido de maneiras que elas próprias não estão completamente cientes. Mas parece-me que isso fornece um papel potencial para o intelectual radical e não-vanguardista. A primeira coisa que precisamos fazer é olhar para aqueles que estão criando alternativas viáveis no grupo e tentar descobrir quais podem ser as implicações maiores do que eles (já) estão fazendo.

Obviamente, o que estou propondo só funcionaria se fosse, em última análise, uma forma de autoetnografia – no sentido de examinar movimentos com os quais se tem, de fato, algum tipo de compromisso, nos quais se sente parte. Teria também que combinar com uma certa extrapolação utópica: uma questão de desvendar a lógica ou os princípios tácitos subjacentes a certas formas de prática radical e, então, não apenas oferecer a análise de volta a essas comunidades, mas usá-las para formular novas visões (“se alguém aplicasse os mesmos princípios que você está aplicando à organização política à economia, não iria parecer algo assim?”) (2005, p. 202, tradução nossa).

As fotografias, selecionadas entre centenas, também são uma forma de comunicar aquilo que as palavras não dão conta sozinhas. No que diz respeito à revisão bibliográfica, foram encontrados pouquíssimos trabalhos em português discutindo a agricultura urbana (AU) no campo específico da antropologia, sendo o mais significativo deles a dissertação

⁴ Sujeitos que não se encaixam no grupo de amigos universitários descrito anteriormente, mas que estão vinculados à horta comunitária e, por isso, aparecem na pesquisa. Eles serão apresentados e essa questão será desenvolvida no capítulo 2.

de Mariana Machini (2018), orientada por José Magnani. Essa ausência me surpreendeu, dada a centralidade da relação com a natureza, com a terra, com as plantas, com os fungos etc. na antropologia contemporânea, associada à chamada “virada ontológica”⁵. A grande maioria dos trabalhos sobre a temática foi realizada em departamentos e eventos de Geografia, Arquitetura e Planejamento Urbano.

No Distrito Federal, especificamente, foram encontrados cinco trabalhos a respeito no repositório da Universidade de Brasília (UnB), sendo pioneira a dissertação de Ana Clara Gonçalves Dourado⁶, defendida em 2015, no Departamento de Geografia, sob orientação de Fernando Sobrinho. Até o momento, não há nenhuma produção sobre AU entre as monografias, dissertações e teses do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB).

Também é incipiente, no Brasil, uma produção crítica à agricultura urbana, no sentido de problematizar a prática em si, abordagem que me interessa por possibilitar enxergar as contradições que ficam ocultas por trás de uma visão idealizada. Destaca-se a tese de Gilberto Schittini (2018), na qual ele apresenta uma revisão de autores — notadamente estrangeiros — que fazem essa problematização.

“Esse não é o trabalho da sua vida”, “é um trabalho como qualquer outro”, “ninguém liga tanto assim” e afins foram frases que escutei bastante nos últimos dois anos. À medida em que eu concordava e tentava acreditar nelas, parecia que mais dificuldades surgiam na realização deste trabalho, por mais modesto que ele se pretenda. Uma pandemia e um governo empenhado em torná-la ainda mais difícil e duradoura; a necessidade de conciliar as demandas de um emprego precarizado, da faculdade e da família; o celular que continha boa parte dos registros da pesquisa roubado; um vizinho serralleiro; outro que gosta de ouvir música extremamente alta; as eleições mais acirradas que já presenciei; um semestre reduzido e, conseqüentemente, um prazo menor para finalizar a escrita.

⁵ "Quando observamos as duas primeiras décadas do século xxi, vemos delinear-se claramente uma mudança geral na paisagem da filosofia e das ciências sociais. No que tange à subjetividade e ao sujeito, podemos perceber que aquele descentramento apregoado pelas aludidas viradas do século xx torna-se ainda mais radical. Nas versões aderentes ao que se denomina virada ontológica, vemos um particular interesse por tudo aquilo que está – para utilizar a famosa expressão cunhada por Meillassoux em 2006 – para lá da ‘correlação’ entre o ser humano e mundo, pensamento e ser. Nesse sentido, a virada ontológica na antropologia e os novos realismos na filosofia (ver Alloa e Dering, 2018) apresentam dois aspectos distintos, mas que convergem para um interesse comum pelas perspectivas ou metafísicas não antropocentradas ou antropocentráveis” (CORRÊA; BALTAR, 2020, p. 145).

⁶ A própria autora afirma: “No que tange aos trabalhos acadêmicos, no caso do DF, não existem trabalhos com essa temática. Entretanto, há trabalhos que dialogam com o tema ao tratar de hortas escolares, da agricultura no DF, das histórias das colônias agrícolas.” (DOURADO, 2015, p. 19)

De certo modo, dificuldades como essas sempre fizeram e continuarão fazendo parte da vida acadêmica, sobretudo para pessoas como eu, negras, que moram com a família, longe do centro, precisam trabalhar etc. Nós sabemos disso e aprendemos a lidar com elas ao longo da trajetória na universidade. Particularmente, ainda tive a sorte de encontrar muitos professores solidários, que me ajudaram na maior parte das vezes em que precisei de compreensão e flexibilização de prazos e exigências, entre os quais se insere o meu querido orientador, Henyo.

Por outro lado, nem as dificuldades, nem o fato de um trabalho não ser a coisa mais importante que você fará na vida servem de prerrogativa para produzir algo simplório e indiferente. Na antropologia, o compromisso com uma boa descrição, para além do atendimento a critérios técnicos, é também uma postura ética diante dos seus interlocutores. E isso ocupou minha mente nos diversos momentos de bloqueio que enfrentei. Definitivamente, as páginas a seguir correspondem a apenas uma pequena amostra do que aprendi nos últimos anos, dadas as adversidades em que foram escritas. Porém, pela mesma razão, elas representam uma significativa conquista pessoal.

O trabalho está dividido em dois capítulos, além das considerações iniciais e finais. No capítulo 1, eu contextualizo a agricultura urbana no Distrito Federal, buscando apresentar, brevemente, algumas características históricas e socioespaciais da prática, bem como alguns marcos reguladores a nível estatal. No segundo capítulo, abordo propriamente a experiência da construção da horta em Taguatinga, buscando articular com algumas reflexões teóricas.

Capítulo 1 – Agricultura Urbana no Distrito Federal

Em uma caminhada atenciosa pelas ruas de qualquer Região Administrativa (RA) do Distrito Federal é possível observar o cultivo de plantas alimentícias e não alimentícias. Seja nos quintais das casas, seja em becos, nas varandas dos apartamentos ou embaixo dos blocos, o ato de plantar está presente na cidade das mais diversas formas. Existem, ainda, famílias que tiram sua renda da produção de alimentos que se dá em áreas consideradas urbanas.

Essa prática, que Dourado (2015) chama de “ruralidade em meio urbano”, uma vez que a agricultura foi e ainda é entendida como uma atividade exercida no meio rural, é observada desde a construção de Brasília. A autora defende a teoria de um *continuum* entre o rural e o urbano, uma relação não antagônica, mas complementar e dialética entre eles. Desse modo, ela apresenta a agricultura como um “costume” da população que já estava alocada onde hoje é o DF, bem como dos trabalhadores que vieram construir a cidade, que se atualizou diante das novas condições (urbanização e redução da fronteira entre o rural e o urbano).

Apesar de poder ser definida como uma “ruralidade”, isso não significa que a agricultura urbana (AU) seja uma mera reminiscência do rural, como se tivesse características cristalizadas que foram apenas transferidas para um outro contexto. Mougeot (2000) aponta que a AU (seja “intraurbana” ou “periurbana”) não pode ser definida apenas em virtude da localidade em que ela está inserida, mas também pelos gêneros de plantas que são produzidas, pelo modelo dessa produção, pelos recursos a que se tem acesso, pela sua destinação e pelos sujeitos que estão envolvidos, ou seja, pelos seus sentidos próprios.

Em muitas das pequenas hortas que compõem a paisagem dessa caminhada, o cultivo é feito por uma ou duas pessoas. Isso não significa, contudo, que a experiência do contato com as plantas não seja compartilhada. Em condomínios onde quem se responsabiliza é o porteiro ou alguma moradora mais ativa, os moradores, de uma forma geral, poderão se beneficiar. Do mesmo modo, quando minha avó encontra minha vizinha e esta, que tem uma grande “roça” no quintal, lhe dá algumas folhas de couve ou uma muda de morango, existe uma relação, que pode ser pensada em termos maussianos⁷, em

⁷ Em sua obra canônica, *Ensaio sobre a dádiva*, Marcel Mauss (1923-1924) discute sobre as trocas simbólicas nas chamadas sociedades arcaicas. A dádiva, conceito proposto por ele, diz respeito a trocas que não são mediadas pelo valor das coisas em si, mas sim pelo valor das relações que são estabelecidas e reproduzidas a partir delas.

que a reciprocidade não é medida pela quantidade de trabalho empreendido, mas sim pela própria continuidade do vínculo de boa vizinhança.

As hortas também estão presentes em algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com destaque para aqueles em que existe o benzimento como prática integrativa. Como as benzedeadas utilizam alecrim, manjerição, arruda e outras ervas, faz sentido que elas sejam plantadas ali mesmo nos postos onde elas atendem. Em 2019, conheci a Escola de Almas Benzedeadas de Brasília, que está presente em unidades do Plano Piloto, no Guará e em Planaltina e, esporadicamente realiza mutirões nas suas hortas, alcançando tanto as pessoas que costumam fazer o benzimento como também funcionários das UBS.

Quando falamos de "hortas comunitárias", que são o foco deste trabalho, é preciso considerar as nuances dessa noção. Como dito acima, muitas hortas domésticas ou restritas, por assim dizer, também podem ser comunitárias em alguma medida, e outras, mesmo que estejam em espaços públicos e mobilizem uma comunidade específica (frequentadores do benzimento em uma UBS, por exemplo), podem não ser tão conhecidas por uma comunidade mais ampla (moradores da região em que a UBS está inserida, mas que não fazem benzimento). Algumas podem ocupar um espaço pequeno, outras uma grande extensão; algumas focam sua produção em ervas, outras em frutas, legumes e verduras. Como aponta Oliveira (2019), essa é uma tipologia ampla, que engloba diversas práticas e por isso não informa exatamente a que se refere, entretanto, não deixa de ser a forma como as iniciativas se nomeiam.

De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF), em 2018 existiam cerca de 120 hortas no DF (CONTAIFER, 2018). A horta Girassol, provavelmente a mais conhecida, devido ao seu tamanho – aproximadamente 6000 metros quadrados – e aos prêmios que recebeu, é um exemplo emblemático. Após um surto de hantavirose, os moradores de São Sebastião se mobilizaram e transformaram um antigo depósito de lixo nessa horta, que atualmente gera renda para quem nela trabalha (OLIVEIRA, 2019).

Existem outros exemplos bastante conhecidos. No Plano Piloto, se destacam o projeto Re-Ação, que cuida de uma agrofloresta na 216 norte, e a horta do Setor Comercial Sul, que, com o apoio do coletivo Aroeira e do Instituto No Setor, integra a população em situação de rua que frequenta aquela região. Na Horta da QE 38 do Guará, o Instituto Arapotí promove uma série de cursos e capacitações junto à administração regional e o Sebrae. As ocupações do Coletivo Resistência Internacional de Artistas (RIA) e do Mercado Sul, em Taguatinga, também contam com suas hortas. Até mesmo o JK

Shopping, localizado na divisa entre Taguatinga e Ceilândia, tem uma horta cuja colheita é distribuída gratuitamente de 15 em 15 dias.

Como sugerem esses exemplos, as hortas são desenvolvidas por diversos atores, de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) a, até mesmo, empresas privadas, fato que impulsionou a criação da Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012. A lei “estabelece diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal”. Ela foi regulamentada durante o governo de Rodrigo Rollemberg pelo Decreto 39.314, de 29 de agosto de 2018, a partir de quando passou a existir a Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (PAAUP) no DF. Nos termos da Política:

Art. 2º Para efeitos deste decreto, entende-se por:

I - Agricultura Urbana e Periurbana - AUP: toda a atividade destinada à produção, ao agroextrativismo, à transformação e à prestação de serviços inerentes ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, frutíferas, espécies nativas e exóticas, flores, à criação de animais de pequeno e médio porte, à meliponicultura e à piscicultura, praticada nas áreas urbanas e periurbanas, em suas dimensões ambiental, social, cultural e econômica; e.

II - Prática de AUP - o desenvolvimento produtivo vegetal, incluindo o cultivo, a extração e a transformação em suas mais diversas formas e locais tais como, canteiros produtivos; hortas comunitárias, jardins comestíveis; sistemas agroflorestais, permaculturais, hidropônicos, aquapônicos, hortas verticais; telhados verdes; dentre outros, com ou sem fins lucrativos, expressando a sua função na produção de alimentos, na educação alimentar e ambiental, no embelezamento e revitalização de áreas públicas e na recuperação de áreas degradadas, no convívio comunitário, nas atividades culturais e de lazer (BRASÍLIA, 2018).

A lei em questão foi reeditada, por iniciativa dos deputados Chico Vigilante e Fábio Felix, em 2020, ano em que a horta do Setor Comercial Sul foi destruída em uma ação combinada da Polícia Militar com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Nessa reedição, é reconhecido “o direito à instalação de hortas urbanas, jardinagem urbana e paisagismo produtivo, de caráter comunitário, sem restrições de acesso ou uso [...] após autorização” (BRASÍLIA, 2020). Em maio de 2022, o governador Ibaneis Rocha publicou o Decreto 43.303, no qual prevê a representação da sociedade civil no Grupo Executivo da PAAUP e estabelece um prazo de 5 anos para a validade da autorização do uso do espaço (BRASÍLIA, 2022).

A nível nacional, entre os anos de 2003 e 2018, foram realizados alguns incentivos à Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)⁸ por meio de editais e convênios da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (COSTA, 2011). Em 2015, chegou a ser elaborada por um comitê interministerial uma minuta do “Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima”, na qual a implementação de hortas urbanas é incentivada (MDS, 2015). Na contramão desse tímido avanço, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), esse ministério e essa secretaria foram extintos e não há ações do Poder Executivo ligadas a essa pauta.

No Legislativo, foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, em agosto de 2021, o Projeto de Lei (PL) nº 353, de 2017, que visa a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana⁹. O PL aguarda tramitação em outras comissões. Seu proponente na Câmara dos Deputados, Padre João, defende o projeto da seguinte forma:

Eu digo, Presidente, que um pé de couve já faz a diferença na segurança alimentar de uma família. E, na cidade, um pequeno canteiro faz essa diferença. Por isso, é necessário o suporte do poder público, disponibilizando mudas, dando incentivos para a irrigação, estimulando que a matéria orgânica, em vez de ser enterrada ou incinerada, possa produzir adubo orgânico. Então, é um conjunto de ações que os Municípios poderão fazer, executar, e assim garantir a dignidade do ser humano, por meio do acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade (BRASÍLIA, 2022).

Para além da previsão legal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF) é a responsável pelo acompanhamento e fomento prático da agricultura urbana no DF. Desde 2012, a empresa possui um Programa de Agricultura Urbana que se expressa, sobretudo, na viabilização de hortas escolares¹⁰.

De forma geral, a legislação, a assistência técnica estatal e os agricultores urbanos têm se referido a hortas como “agroecológicas”. Cabe aqui refletir sobre o conceito de

⁸ Apesar de adotada a nível institucional, essa nomenclatura e sua definição ainda são discutidas no meio acadêmico. Siniscalchi (2020, p. 114), por mais que opte pelo uso da expressão “agricultura urbana”, dado seu peso histórico, questiona a precisão da sigla AUP: “Se o urbano está para além da cidade, toda prática agrícola não seria urbana em determinado sentido? Afinal, não estaríamos todos inseridos na condição urbano-metropolitana do momento presente?”.

⁹ SENADO NOTÍCIAS. **CMA aprova projeto que institui Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.** Agência Senado. 4 ago. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/cma-aprova-projeto-que-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>>.

¹⁰ AGÊNCIA BRASÍLIA. **Emater presta assistência técnica a 120 escolas públicas por ano.** 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://emater.df.gov.br/emater-presta-assistencia-tecnica-a-120-escolas-publicas-por-ano/>>

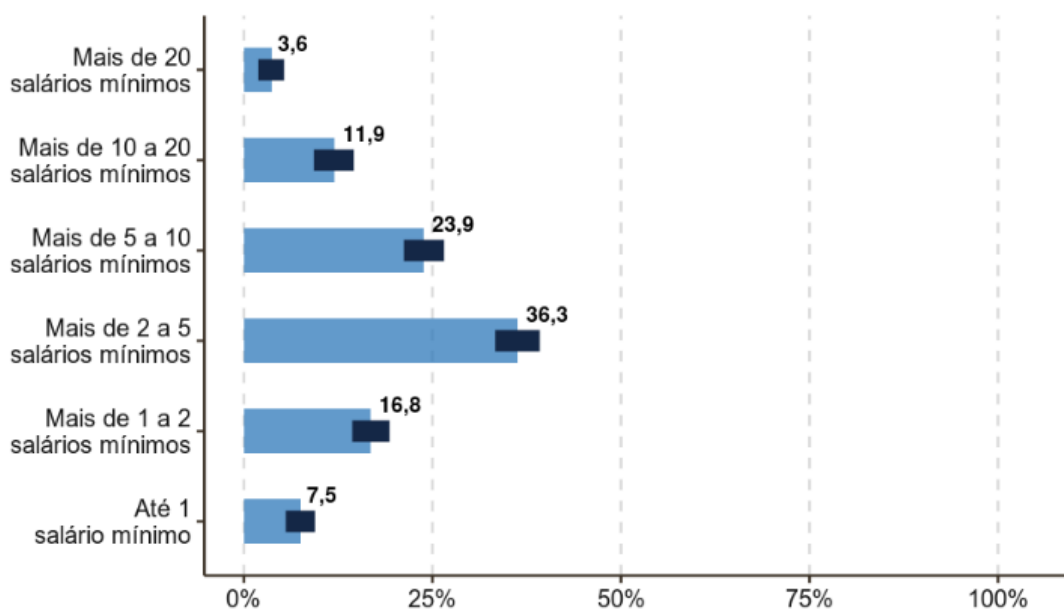
agroecologia. Preocupado com a vulgarização do termo, Caporal (*et al.*, 2009) começa essa tarefa apontando o que a agroecologia *não* é: um modelo de agricultura alternativa. Assim, não é o fato de não usar agrotóxicos ou de se preocupar com a natureza que torna alguma coisa agroecológica. A agroecologia, segundo o autor, corresponde a um paradigma que integra diferentes campos do conhecimento, inclusive os saberes tradicionais, na formulação de uma base que possibilite uma transição para agroecossistemas mais sustentáveis. Agroecossistema, por sua vez,

[...] é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (ALTIERI, 1989 apud CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009, p. 24).

Pensar nesses termos possibilita questionar em que medida esse desenho de práticas e políticas públicas representa uma captura ou cooptação da agroecologia (REINACH; FABRIN, 2020). Como podem as empresas estatais (como Emater e Embrapa) falarem de agroecologia ao mesmo tempo em que também fornecem subsídios e incentivos para a agricultura convencional? Certamente, elas são um campo de disputa, mas essa contradição também estabelece os limites da institucionalidade.

É em meio a esse cenário que surge o Projeto Agricultura na Cidade (PANC). A área em que a horta do projeto está localizada é a QNJ, em Taguatinga Norte, um bairro que é popular, mas que tem a presença crescente de moradores com um nível de renda considerado alto (policiais, servidores públicos, microempresários etc.). De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), o rendimento domiciliar em Taguatinga se distribui da seguinte forma:

Figura 1 - Distribuição de renda domiciliar em Taguatinga por faixas de salário



Fonte: Codeplan (2018)

É importante considerar, porém, que a QNJ fica nas redondezas da área chamada de “Tailândia”, pois é próxima à avenida Hélio Prates, que divide Taguatinga de Ceilândia, uma região com uma faixa de renda média menor e que é mais estigmatizada. Nesse sentido, há também uma desigualdade entre Taguatinga Sul (mais próxima de Águas Claras e do Guará, regiões mais ricas) e Taguatinga Norte (mais próxima de Ceilândia e Samambaia, regiões cuja faixa de renda gira em torno de um salário mínimo) (CODEPLAN, 2018).

Trata-se, pois, de uma região cheia de contradições e vulnerabilidades. Taguatinga é a RA (anteriormente denominada cidade-satélite) mais antiga do Distrito Federal, que há mais tempo possui uma administração própria e que passou por um intenso processo de urbanização, abrigando hoje vários serviços públicos, setores industriais e comerciais que figuram entre os mais importantes do DF, desafiando a lógica centro-periferia (CAMPOS, 2017). Ao mesmo tempo, ela também está entre as cinco RAs que concentram metade da extrema pobreza do distrito¹¹.

Em termos ambientais, se comparada ao Plano Piloto, há um claro contraste na quantidade de áreas arborizadas. Enquanto no Plano há bosques entre todas as casas e

¹¹ DUTRA, Francisco. Cinco cidades concentram quase 50% da extrema pobreza no DF. Veja o mapa. **Metrópoles**. 3 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/cinco-cidades-concentram-quase-50-da-extrema-pobreza-no-df-veja-o-mapa>>.

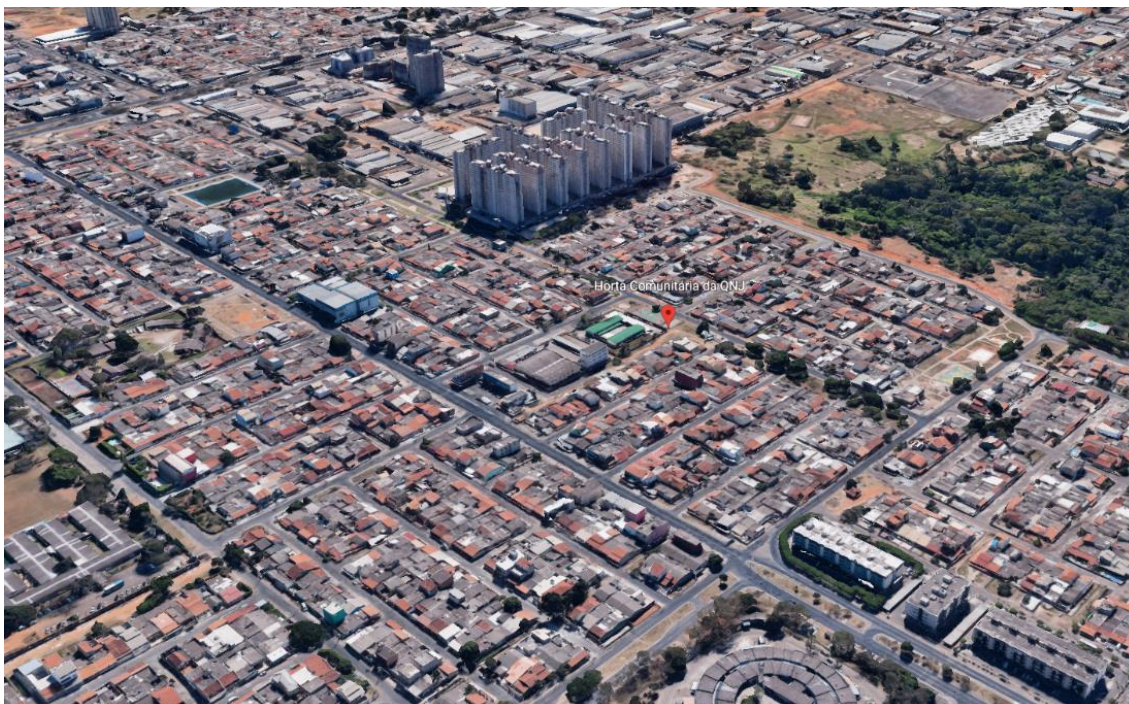
prédios, bem como entre as vias de circulação, em Taguatinga, as árvores ficam mais concentradas nos parques, conforme figuras abaixo.

Figura 2 – Arborização em área residencial do Plano Piloto (Asa Sul)



Todos os prédios e casas são cercados por árvores. Fonte: Google Earth

Figura 3 – Área residencial da QNJ (Taguatinga)



As árvores ficam mais concentradas no Parque do Cortado (canto direito) e menos nas ruas. O marcador vermelho é a localização da horta do PANC. Fonte: Google Earth.

Tal discrepância corresponde a um efeito da expansão urbana “não planejada”, mas nos lembra que essa expansão nas regiões mais distantes do Plano Piloto decorre, em primeiro lugar, da escolha do Estado de afastar uma população indesejada (trabalhadores imigrantes) do centro. Taguatinga surge a partir da remoção dos moradores da antiga Vila Sarah Kubistchek, localizada em uma área destinada à construção de Brasília, para uma distância de 25 Km da nova capital (CAMPOS, 2017).

Houve um plano urbanístico para a então denominada cidade destinada a receber essas pessoas, mas ele foi pensado, sobretudo, como forma de preservar o Plano Piloto, e não de promover qualidade de vida. Dessa maneira, foi institucionalizado um modelo de cidade segregatório, que depois se intensificou com o aumento do fluxo migratório, a fundação da Ceilândia (como Campanha de Erradicação de Invasões) e de outras regiões cada vez mais afastadas, em um processo que se perpetua até os dias de hoje (CAMPOS, 2017).

O desenvolvimento de um circuito de hortas em Taguatinga integra, junto aos movimentos culturais, às iniciativas da economia local e à história de reivindicações dos moradores, uma dinâmica de resistência ao modelo citado acima. Consolidando-se como território com práticas espaciais próprias, Taguatinga subverte a ideia da “cidade-dormitório” e passa a não se definir apenas em virtude ou em serviço do Plano Piloto.

Magnani (2014, p. 8) define circuito como “a configuração espacial, não contígua, produzida pelos trajetos de atores sociais no exercício de alguma de suas práticas, em dado período de tempo”. Nesse sentido, as hortas urbanas não são práticas pontuais, entendidas apenas a partir das suas vizinhanças, mas são pontos de partida para uma rede ampla de interações. Em sua dissertação, Machini (2018, p. 137) aponta que as hortas constituem um “circuito-em-cultivo”, cuja dinamicidade “não advém somente dos movimentos contidos nos trajetos, mas das co-construções de seres, ambiente, e que chama a atenção para as multiplicidades mais-que-humanas construindo a si e a cidade”.

Capítulo 2 – O Projeto Agricultura na Cidade (PANC): contando e refletindo sobre as experiências

O Projeto Agricultura na Cidade (PANC) foi idealizado em janeiro de 2020, no contexto de lançamento do 3º Edital Rede Coletivos de Expressão (LECri), organizado pelo Instituto Caixa Seguradora e pela Rede Urbana de Ações Socioculturais em parceria com o Programa Jovem de Expressão. Ainda antes disso, eu e outras pessoas que compõem o projeto já fazíamos parte de um grupo de afinidades¹², pois costumávamos atuar juntos em disputas políticas do movimento estudantil, e a ideia de promover hortas comunitárias já vinha sendo amadurecida entre nós há algum tempo, devido à necessidade que sentíamos de atuar para além da universidade e de construir um vínculo territorial.

Em 2018, Otto (hoje membro do PANC) e eu cursamos juntos a disciplina “Sociologia do Desenvolvimento Rural”, ministrada pela professora Sabrina Fernandes, durante a qual tivemos maior contato com os debates sobre soberania alimentar, agroecologia e permacultura. Nessa disciplina, apresentamos um trabalho intitulado “O fetichismo do alimento mercadoria: análise das transformações na cultura alimentar do cerrado”, no qual apontamos como a “revolução verde”¹³ contribuiu para um afastamento das pessoas em relação aos alimentos característicos do bioma Cerrado, tornando esses alimentos “exóticos”.

Essa elaboração já antecipava a razão que levou posteriormente ao surgimento do PANC: se o modelo do agronegócio oculta as relações de produção, uma horta comunitária poderia aproximar as pessoas desse processo, ampliando a consciência acerca da viabilidade de outro padrão de produção e consumo. Essa compreensão estava relacionada ao fato de eu, Otto, Karine, Gislaíne, Mimi, Yan, Raíssa, Dimitri e Julia¹⁴ (membros do projeto) sermos veganos ou vegetarianos e, portanto, termos optado por romper, na medida do possível, com a naturalização da circulação de mercadorias de origem animal, por pressupor uma dominação e exploração de outras espécies, além de um impacto no uso do solo, recursos hídricos e emissão de gases poluentes¹⁵.

¹² Apesar de várias pessoas já se conhecerem de antes, outras foram agregadas a esse grupo a partir da criação do projeto, como Julia, Vitória, Giovana e Állilien.

¹³ Segundo Altieri (2004, p. 7), a revolução verde é “um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização”.

¹⁴ Algumas dessas pessoas depois voltaram a comer carne por razões religiosas ou econômicas.

¹⁵ Sobre veganismo, recomendo ver o manifesto do coletivo Bündnis Marxismus und Tierbefreiung (2020) e o livro organizado por Mota e Santos (2020).

O edital, então, apareceu como uma possibilidade de levar isso à frente. Mimi foi quem compartilhou a notícia de que as inscrições estavam abertas e quando eu a vi logo criei um grupo no Whatsapp para saber se os demais topariam a empreitada de participar. Diante da afirmativa, começamos a elaborar a proposta. No formulário de inscrição, resumimos o PANC da seguinte forma:

O Projeto Agricultura Na Cidade - PANC reúne pessoas de diversas localidades do Distrito Federal e Entorno com experiências em outros projetos como o “Planaltina Verde”, o “Re-Ação 206 Norte”, o “SAF Guará” e o “Ecocentro IPEC” e tem como objetivo promover a criação de hortas comunitárias e a gestão comunitária de resíduos orgânicos. Buscamos atuar na democratização do acesso a alimentos orgânicos e saudáveis, entendendo a prática da agricultura como uma ferramenta para a integração da comunidade e revitalização de locais abandonados ou mal utilizados.

O conceito de produção do espaço ganha relevância a partir dessa caracterização, e talvez essa seja a razão pela qual o tema das hortas urbanas encontre um espaço privilegiado entre os geógrafos. Discutido a partir da obra do filósofo francês Henri Lefebvre (1981), esse conceito parte do entendimento do espaço como decorrência das relações sociais. Para o autor, o espaço precisa ser produzido na medida em que a sua ocupação precisa ser legitimada e organizada. Assim, o espaço não existe apenas fisicamente, mas pode ser significado de diferentes maneiras a depender dos sujeitos que ali interagem. Marcelo Lopes de Souza (2013) discute as diferentes formas como essa “produção” pode se dar:

[...] já por aí se descortina a possibilidade de ver a “produção” como sendo não apenas a produção de bens materiais (móveis ou imóveis), mas também a produção simbólica e de relações de poder. O termo “produção” é suficientemente amplo e plástico para comportar essa multiplicidade de dimensões. No entanto, é conveniente lembrar que uma produção não é, necessariamente, uma criação radical, no sentido atribuído a essa expressão por Cornelius CASTORIADIS (1975), que foi o mais profundo renovador do pensamento libertário no século XX: criação de novos significados (“significações imaginárias sociais”, nos seus termos), e a própria história, na esteira disso, como um processo de autoinstituição da sociedade e criação de novas significações e imaginários; um processo radicalmente aberto à contingência, à emergência do novo, e infenso a interpretações teleológicas, etapistas (justamente do tipo que infestou o pensamento marxista desde o começo, e não esteve ausente também do anarquismo clássico). Uma “produção” pode ser, muitas vezes, essencialmente, repetição, reprodução. Por várias razões, ligadas à compreensão da perpetuação da ordem sócio-espacial vigente, é muito importante reter esse significado de “produção”; mas é igualmente importante, tendo como horizonte a reflexão crítica sobre a realidade, ir além dessa acepção, abrindo-se para a reflexão sobre a criação em sentido forte (SOUZA, 2013, p. 41).

O PANC, como outras iniciativas de Agricultura Urbana Comunitária (AUC), seria concebido a partir desse ideário de “criação”, partindo do pressuposto de que o funcionamento já estabelecido da cidade cria uma realidade em que: a) o acesso a alimentos saudáveis não é democratizado; b) a comunidade não está suficientemente integrada; c) há locais abandonados ou mal utilizados. Nesse sentido, as intervenções da AUC produziriam um novo sentido sobre a cidade. Souza discorre sobre dois sentidos da “revitalização”, um capitalista, relacionado a uma visão higienista e gentrificadora, e outro “insurgente”, no qual acredito se inserir a proposta das hortas comunitárias de forma geral, pois elas buscam atender as necessidades das pessoas que convivem com aquele espaço e não a uma lógica de mercado.

A linguagem amplamente difundida do planejamento urbano conservador fala de "revitalização" referindo-se a processos durante os quais áreas supostamente "degradadas" (como instalações portuárias decadentes e as áreas residenciais circunvizinhas) e/ou bairros pobres em geral são submetidos a uma gentrificação e tornados úteis para propósitos capitalistas, como se antes esses espaços estivessem “sem vida”, o que, especialmente no caso de áreas residenciais populares, chega a ser uma afronta. Em flagrante contraste com esse vocabulário, uma “revitalização de baixo para cima” equivale a uma situação na qual alguns agentes (sem-teto, ou, para usar o termo internacionalmente utilizado, *squatters*) assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima. “Revitalização de baixo para cima” parece ser, assim, uma expressão adequada para designar o que acontece com espaços ociosos (prédios vazios e abandonados, terrenos não utilizados e mantidos como reserva de valor) que se tornam alvo de práticas espaciais insurgentes relacionadas com a sua ocupação por *squatters* (Idem, p. 42).

Já nesse primeiro momento de formulação do projeto para a inscrição no edital, tivemos que tomar decisões fundamentais, a começar, é claro, pelo seu nome. A sigla PANC é homônima à das chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais, termo criado pelo biólogo Valdely Ferreira Kinupp (2009) para se referir a plantas que, embora sejam comestíveis, não são usualmente consumidas pela maior parte da população. Com o nome Projeto Agricultura na Cidade, apresentamos diretamente aquilo que caracteriza o projeto, a agricultura, mas a sigla também sinaliza para um cultivo que difere do convencional¹⁶.

Precisamos também dar um nome para o nosso coletivo. Passamos um tempo discutindo e entendendo a diferença entre nós, um grupo de pessoas que propuseram o

¹⁶ Em agosto de 2021, provocado por uma reflexão da escritora Carla Soares (2021), eu escrevi uma postagem para a página do PANC no Instagram refletindo sobre a sigla: “Cabe nos questionarmos, então, para quem elas realmente não são ‘convencionais’ e se, ao usarmos essa sigla, não estamos reforçando a lógica da indústria de que existem alimentos ‘normais’ e outros ‘diferentes’” (Projeto Agricultura na Cidade, 2021)

PANC, e o projeto em si, tendo em mente que o projeto poderia alcançar pessoas que não necessariamente teriam o mesmo alinhamento de visões que o nosso grupo e que também desejávamos ter uma atuação política que extrapolasse o projeto. Assim, surgiu o Brotinho. Esse nome se inspira na atuação não-vanguardista das comunidades zapatistas no México¹⁷: “A partir da subversão da ordem capitalista, patriarcal, racista e de coerção do Estado, nos tornamos brotinhos que ajudam a florescer e frutificar o mundo que queremos” (Coletivo Brotinho, 2021).

Outra decisão importante diz respeito ao local das intervenções. Em 2020, eu e Otto éramos vizinhos (morávamos a duas ruas de distância) e João, que namora o Otto, estava sempre na casa dele. Tínhamos, então, três pessoas do coletivo que estavam na mesma região, a QNJ, em Taguatinga, ao passo que o restante estava mais disperso entre as RAs. Bem em frente à casa do Otto, havia uma área inutilizada que, especialmente em períodos de chuva, acumulava lixo. Trata-se de uma área adjacente a uma quadra de esportes e a um antigo posto policial, atrás de uma escola de ensino infantil fundamental (o Centro de Ensino Infantil 05).

Por todas essas razões, ela foi sugerida como um possível primeiro local de atuação. Dani também sugeriu auxiliarmos na instalação de uma horta em uma escola da Candangolândia onde um professor estava procurando apoio para começar. José sugeriu nos aproximarmos do Sistema Agroflorestal do Guará, que ficava próximo à sua casa. Ambas sugestões surgiram como forma de garantir uma atuação mais segura em um primeiro momento, posto que essas outras iniciativas já dispunham de algum respaldo e mobilização prévia. Entretanto, a preocupação em garantir nossa autonomia, bem como em aproveitar a nossa disposição criando algo efetivamente novo, nos fizeram optar mesmo pela QNJ.

¹⁷ “A Quarta Declaração reafirma um elemento que já vinha sendo trabalhado e moldado desde o início do levante: o EZLN não é a vanguarda de um movimento de massa que luta pelo poder. É parte do fermento que faz a massa crescer, que abre novas perspectivas de enfrentamento e de futuro, que mostra com os fatos que os oprimidos de sempre podem construir algo novo a partir de hoje e apesar das duras condições de exploração às quais estão submetidos” (Gennari, 2004).

Figura 4 – Foto do local antes das nossas intervenções



Fonte: acervo pessoal

A priori, nosso planejamento envolvia a criação de duas hortas, uma a cada seis meses, pois o recurso do edital (10 mil reais) possibilitaria isso. Já sabíamos que isso seria desafiador, mas esperávamos que as vizinhanças se engajassem com as hortas e criassem um certo funcionamento orgânico para elas, de modo que elas passassem a não depender tanto do nosso coletivo depois de um certo tempo. Ademais, discutimos sobre o que fazer quando o dinheiro acabasse, para continuar tendo recursos, e nos vimos diante da possibilidade de nos capacitarmos para realizar formações e visitas que gerassem retorno financeiro e de produzir insumos para comercialização.

Entre maio de 2020 - mês de aprovação no edital - e janeiro de 2021, o projeto se limitou a reuniões virtuais de formação e planejamento, por conta do cenário de pandemia que impôs a necessidade de isolamento social. A organização do edital foi muito flexiva em relação a prazos, nos oferecendo a possibilidade de assinarmos o contrato e acessarmos o recurso após as condições de execução do projeto se tornarem mais favoráveis.

Nesse período, surgiram algumas questões interessantes, relacionadas ao controle que nós, membros fundadores, tínhamos sobre o projeto depois que ele alcançasse as pessoas em geral. Essa é uma preocupação porque o Brotinho se vincula ao anarquismo, ou seja, estamos preocupados com a constituição de espaços em que a existência de autoridades não se justifica.

Questões como “o que faremos caso alguém insista em utilizar veneno na horta?” ou “como decidiremos quem vai entrar ou não no grupo de WhatsApp?” são exemplos das preocupações nesse momento. Elas não foram exatamente “resolvidas”, até mesmo por se referirem a situações meramente hipotéticas, mas foram, em alguma medida, superadas, com o entendimento de que, caso essas situações venham a acontecer, devemos avaliar as condições do momento e pensar em abordagens cuidadosas e pedagógicas que não afastem as pessoas.

Passado o ano de 2020, a pandemia já estava consolidada como o “novo normal” e a retomada das atividades presenciais, com a adoção de protocolos como o uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento, se tornava uma necessidade. Em janeiro de 2021, as taxas de transmissão e de mortalidade da pandemia estavam, relativamente, estáveis e consideravelmente menores do que no pico vivenciado até então. Além disso, passaram a ser comercializadas em maior escala as máscaras PFF2/N95, comprovadamente mais eficazes na contenção do Coronavírus. Nesse contexto, nós nos sentimos impelidos a dar início à construção da horta efetivamente.

Diante disso, era fundamental termos acesso ao dinheiro do prêmio do edital para comprar as ferramentas e materiais necessários. O depósito, contudo, dependia de uma série de burocracias relacionadas ao cadastro de um Microempreendedor Individual (MEI) e à emissão de notas fiscais. Não fomos devidamente assistidos e tivemos dificuldades que acabaram atrasando esse processo e, conseqüentemente, nosso planejamento.

Embora o Edital LeCria tenha impulsionado a criação do projeto em si e seja administrado pelo RUAS - Rede Urbana de Ações Socioculturais, organização na qual confiamos, e nos conceda uma liberdade de como utilizar o dinheiro do prêmio, essas dificuldades que encontramos nos fizeram questionar a lógica de financiamento por meio de editais, de uma forma geral. Quando questionado a respeito, Otto me disse que a “dependência” desse tipo de financiamento “mina um pouco nossa autonomia”, dado que ficamos impedidos de realizar as tarefas enquanto as burocracias ainda não estão resolvidas.

André (ou Café, apelido pelo qual ele é mais conhecido) também ressaltou que os recursos disponíveis nos editais “funcionam a conta-gotas”, de modo que, além de não haver nenhuma garantia de novas oportunidades de financiamento desse tipo, elas colocam as iniciativas na condição de concorrerem entre si. Os vencedores serão aqueles que melhor atenderem aos parâmetros determinados pelo Estado, pelos bancos ou organizações do terceiro setor, na esteira do que apontam Lopes e Heredia (2014, p. 37):

[...] o aumento dos controles no acesso a recursos públicos através de projetos e editais provoca o aumento de funcionários e/ou de militantes que se especializam no preenchimento de formulários, no manuseio dos meandros da internet e nas atividades de prestação de contas, o que representa um aumento de investimentos internos para o gerenciamento de tais recursos. Este efeito pode ser visto como um aspecto de tendência crescente à burocratização e oligarquização das organizações políticas que ocorre, contraditoriamente, até naquelas mais populares e democráticas.

No dia 19 de fevereiro de 2021, realizamos, com nossos próprios recursos, uma panfletagem apresentando o projeto e convidando as pessoas da região para um mutirão de limpeza e preparo do espaço que ocorreria na semana seguinte, dia 27 do mesmo mês. Diversos moradores se mostraram bastante interessados, alguns mencionaram sobre suas próprias hortas, e saímos motivados neste dia. Além de ser o pontapé para de fato começar as ações do projeto, esse foi o nosso primeiro encontro presencial, muitos de nós não se viam há mais de um ano, o que tornou essa ocasião ainda mais importante. Gravamos essa ação e criamos um vídeo para as redes sociais que teve um bom resultado no sentido de alcançar mais pessoas para além da vizinhança e tivemos um retorno muito positivo, recebendo comentários confirmando a presença no mutirão.

Na mesma semana da panfletagem, participei de uma reunião de “lideranças comunitárias” realizada em um condomínio da QI, setor industrial circunvizinho à QNJ onde estão localizados este e alguns outros complexos de prédios residenciais. Nessa reunião, Bispo Renato, administrador regional, e outras autoridades públicas estavam presentes. As lideranças presentes eram, em sua maioria, síndicos e condôminos de outros prédios, que, entre as reivindicações apresentadas à Administração, salientaram a questão da “segurança”: eles não se sentiam seguros porque, supostamente, os moradores e frequentadores da redondeza não são tão “selecionados” quanto os dos prédios, e isso explicaria a ocorrência de assaltos e o comércio de drogas, justificando a “necessidade” de uma maior presença da polícia militar.

Quando me apresentei como um morador de casa da QNJ, muitos ficaram surpresos e fui elogiado (de forma presunçosa) algumas vezes por estar ali presente.

Mesmo que os moradores das casas da QNJ não sejam muito diferentes, em termos socioeconômicos (podem, inclusive, ganhar mais), dos moradores dos prédios, essa reunião me fez refletir sobre o “efeito-barragem” (HAESBAERT, 2014) que as pessoas procuram ao viver nesses condomínios:

Considerando a impossibilidade de fechamento ou enclausuramento total, as formas contemporâneas de territorialização propõem-se fechamentos ou cercamentos parciais e provisórios para criar o efeito-barragem que busca, pelo discurso do medo em relação às classes perigosas e indesejáveis, controlar fluxos de migrantes, refugiados, trabalhadores pobres, favelados etc. Seria o caso dos muros e cercas fortificadas a separar fisicamente países e territórios político-jurídicos, os muros dos condomínios residenciais a separar física e rigidamente as classes sociais nos espaços da cidade (HAESBAERT, 2014 apud FUINI, 2017, p. 26) .

Apresentei o PANC ao administrador e aos demais, convidando todos para o mutirão citado acima. Renato demonstrou apoio e pediu para seu assessor me dar o seu cartão para que pudéssemos conversar depois sobre questões específicas de regularização e apoio técnico. Na ocasião, entrei em grupos de WhatsApp de moradores da região (um de moradores de Taguatinga e outro específico da QNJ e dos condomínios da QI), nos quais posteriormente observei a centralidade dessa relação entre as proclamadas lideranças e a polícia: os grupos são utilizados para informar policiais sobre ocorrências e os policiais costumam encaminhar boletins diários e serem aclamados pelo seu serviço.

Logo após termos marcado esse primeiro mutirão com a comunidade, as notícias sobre a pandemia voltaram a piorar. Os índices voltaram a crescer muito rapidamente e o governo distrital publicou, no dia 26 de fevereiro, véspera do nosso encontro, um decreto de *lockdown*, proibindo eventos presenciais. Tivemos que adiar o encontro e, infelizmente, esse adiamento se estendeu por meses, uma vez que os números se tornaram cada vez piores e registramos, ainda no início de 2021, dezenas de milhares de mortes a mais do que em todo o ano de 2020.

Diferentemente do ano anterior, havia uma perspectiva de superação dessa crise por meio da vacinação, que começara em janeiro. Contudo, ela seguia um ritmo muito lento, pela falta de vontade do governo federal em adquirir e distribuir vacinas, no que depois foi revelado como um esquema de corrupção¹⁸. Em março, apenas 7% da população brasileira estava vacinada com a primeira dose, fator que, somado à falta de

¹⁸ R7. **Entenda as suspeitas de corrupção que envolvem vacinas contra covid.** 1 jul. 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/entenda-as-suspeitas-de-corrupcao-que-envolvem-vacinas-contra-covid-29062022>>

medidas não farmacológicas para a contenção do contágio, contribuiu para a disseminação de novas variantes do vírus e levou o Brasil a bater a marca de 4 mil mortes diárias na primeira semana de abril.

Diante da pressão orquestrada pelo presidente da República, seus governadores aliados (entre os quais se insere Ibaneis, do DF) e pelo empresariado em “não parar a economia”, os trabalhadores continuaram tendo que se aglomerar no transporte público diariamente. Isso contribuiu para um esgotamento das campanhas por isolamento social, somado a um grave cenário de adoecimento psicológico provocado por todos esses fatores.

Diante da suspensão das atividades presenciais do PANC, pedi para que os demais integrantes do projeto respondessem, por meio de um questionário online, sobre o impacto da pandemia:

A parte presencial é essencial pro projeto ganhar vida, então ficou impossibilitado iniciar o manejo do lugar onde será horta (Gislaine, 19/04/2021).

Não pudemos realizar as atividades presenciais como gostaríamos. Nos focamos em estudos teóricos virtuais, muito importantes para a nossa atuação, no entanto, isso parece ter provocado uma desmotivação em muitas pessoas do coletivo (Karine, 19/04/2021).

Atrapalhou bastante o cronograma e planejamento, nos obriga a tentar adaptar e flexibilizar a forma de trabalhar pra não expor ninguém a risco. Além disso, acho que afetou a saúde mental das pessoas do coletivo de variadas formas (Giovana, 21/04/2021).

Como um projeto de muita ação presencial, de botar a mão na massa, o contexto da pandemia realmente teve impacto nas etapas e início do projeto. Algo muito maximizado pelas condutas e não ação (que acaba se tornando ação) por parte do estado, nas representações distritais e federais. Uma política de saúde e enfrentamento de verdade bem como uma busca desde o princípio por vacinas, poderiam nos dar outro cenário pandêmico (Café, 21/03/2021).

Impactou na nossa capacidade de ação, fazendo que ficássemos mais presos na possibilidade de teorizar, pensar sobre coisas que precisam da terra para serem vistas/formadas/sentidas (Otto, 21/03/2021).

Nós chegamos a planejar e realizar algumas postagens para a nossa página no Instagram, como forma de “adaptar” o nosso trabalho para o contexto, como diz Giovana. Entretanto, estava dada a importância da parte presencial do projeto. Dado também o compromisso com o edital, optamos, já no final de abril, por realizar encontros restritos aos membros do grupo, adiantando o que podíamos e divulgando nas redes sociais.

No local escolhido para a horta, existe uma fossa, que de acordo com o Otto, já teve vazamentos. Além disso, a área é desnivelada e serve de passagem para carros,

deixando-a alagada quando chove. Caso fizéssemos canteiros diretamente no chão, correríamos o risco de contaminação do solo e, conseqüentemente, as plantas não cresceriam saudáveis ou sequer encontrariam condições para crescer.

Uma das obras que inaugura o campo da agroecologia no Brasil é “Manejo ecológico do solo”, de Ana Primavesi (1980). A autora aponta como a monocultura, com seus adubos químicos, herbicidas e maquinário pesado, levou a uma degradação do solo, expressa na sua compactação e erosão, na perda de nutrientes e na contaminação dos alimentos. Para ela, uma agricultura guiada pelo paradigma da agroecologia precisa seguir na contramão disso, buscando conservar a vida dos micro-organismos do solo.

Nossa prioridade se tornou, diante disso, a construção de canteiros elevados, protegidos dessa possibilidade de alagamento e onde pudéssemos fazer um manejo adequado. Avaliamos algumas possibilidades em relação a materiais, como a madeira, mas tendo em vista o custo e a resistência, acabamos optando pela alvenaria. A casa onde Raíssa e Dimitri (que são um casal) moravam tinha acabado de passar por uma reforma e também seria possível aproveitar alguns tijolos que sobraram.

No dia 24 de abril, nos encontramos para limpar o espaço e prepará-lo para essa construção, em um momento que condensou diversos afetos, da realização por finalmente “colocarmos a mão na massa” à frustração de isso não ocorrer a partir de uma ampla convocação da comunidade, como objetivávamos de início. Comparecemos eu, Otto, Julia, Raíssa, Dimitri e Yan. Leandro, vizinho do Otto, também se somou neste dia, ajudando na limpeza e nos emprestando luvas e uma enxada. Raíssa e Otto deixaram registrado no muro que o projeto estava em construção e que aquela não era uma área para se jogar lixo.

Figura 5 – Raíssa escreve “PANC em construção” no muro



Fonte: acervo pessoal

Figura 6 – Otto escreve “Joga lixo aki não” no muro



Fonte: acervo pessoal

No sábado seguinte, dia 1º de maio, Giovana, Vitória, João, Raíssa, Dimitri e Café terminaram de nivelar o solo e posicionaram os tijolos na área destinada ao primeiro canteiro. Em virtude da data, eles fizeram uma faixa com os dizeres “Agroecologia contra a fome e a Covid. Viva o 1º de maio!” e a deixaram estendida em frente ao antigo posto policial. Essa foi a forma do grupo se manifestar em um dia do trabalhador diferente dos outros anos, geralmente marcado por atos sindicais. A prudência em relação à pandemia, fez as organizações políticas de esquerda não convocarem grandes manifestações. Em contrapartida, houve atos bolsonaristas ao redor do país, nos quais os manifestantes compareceram sem máscara para demonstrar apoio ao presidente e demandar o fim das restrições sanitárias¹⁹.

Indubitavelmente, a fome e a Covid-19 foram os maiores problemas da classe trabalhadora nos últimos anos. Mais da metade da população brasileira enfrentou algum grau de insegurança alimentar desde 2020, tendo o número de pessoas que passam fome só aumentado desde então (de 19 milhões no primeiro ano da pandemia para 33 milhões atualmente)²⁰. Ao mesmo tempo, os trabalhadores mais pobres foram os que mais morreram pela doença²¹.

¹⁹ ESTADÃO. **Bolsonaristas fazem atos presenciais de 1.º de Maio; críticos se manifestam nas redes sociais**. 1 mai. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaristas-fazem-atos-presenciais-de-1-de-maio-criticos-se-manifestam-nas-redes-sociais,70003700505>>

²⁰ JORNAL NACIONAL. **Mais de 33 milhões de brasileiros passam fome todo dia, revela pesquisa**. 8 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-todo-dia-revela-pesquisa.ghtml>>

²¹ GRAGNANI, Juliana. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo**. BBC News Brasil. 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>

Figura 7 – Faixa estendida no dia 1º de maio



Fonte: acervo do Projeto Agricultura na Cidade

Ao situarmos a agroecologia *contra* a fome e a Covid-19, podemos entender que o agronegócio, como modelo de desenvolvimento baseado no latifúndio, na monocultura e na pecuária intensiva, é diretamente responsável pelas condições que levaram a esses problemas. O epidemiologista Rob Wallace, em seu livro “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, que se tornou notório pela capacidade de predição, demonstra como o agronegócio “impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor” (WALLACE, 2020, p. 527). Não obstante, os lucros do setor bateram recordes em 2020 e 2021, demonstrando que estes não estão atrelados ao acesso amplo da população a alimentos.

A agroecologia, por sua vez, tem a ampliação do acesso a alimentos e o controle de doenças como condições *sine qua non* da sua existência, seja porque essas condições se incluem na perspectiva de otimização do agroecossistema (na sua dimensão metabólica e socioeconômica), seja porque ela foi incorporada e é promovida pelos movimentos por justiça social, a exemplo da Via Campesina, articulação internacional de organizações camponesas proponente do conceito de soberania alimentar²². Diversos autores

²² “A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito a decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (VIA CAMPESINA, 2007).

(ALTIERI; NICHOLS, 2020; SILVA; BARBOSA, 2020; LIMA, 2020) apontam que a crise causada pelo Coronavírus reacende o debate sobre a necessidade de um novo sistema agroalimentar, no qual a agricultura urbana tem um papel importante por evitar problemas de desabastecimento a nível local.

Durante todo o mês de maio de 2021, nos dedicamos a levantar o nosso primeiro canteiro de alvenaria, que levou ao todo quatro mutirões para ficar “pronto”, embora ainda sem reboco. Esse período de quatro dias para concluir um canteiro com um pouco mais de um metro de altura, contando com o trabalho de, em média, cinco pessoas por dia, parece exagerado. Até começarmos essa tarefa, porém, nenhum de nós havia tido qualquer experiência com isso. Nos baseamos em tutoriais no YouTube e aprendemos na hora a fazer a mistura de areia, cimento e água (e misturamos com a enxada, sem o auxílio de nenhuma máquina), a decidir a quantidade de argamassa por tijolo e a alinhar os tijolos. Ao final dos mutirões, estávamos exaustos.

Figura 8 – Julia e Vitória construindo canteiro



Fonte: acervo pessoal

Figura 9 – Dimitri e Gislane observam Otto e João finalizarem canteiro



Fonte: acervo pessoal

O único respaldo institucional, por assim dizer, que tínhamos até então era o apoio oral do administrador expresso na reunião com lideranças em fevereiro. Ainda naquele mês, tínhamos enviado um e-mail para diversas secretarias da Administração comunicando sobre a nossa intenção de construir uma horta, mas tivemos uma única resposta, apenas confirmando o recebimento da mensagem. Como bons anarquistas, não seria a falta de autorização que nos impediria de começar, mas nos questionamos como esse “apoio” seria medido.

Na semana seguinte ao feito da conclusão do primeiro canteiro, teve início uma série de protestos contra o governo Bolsonaro e por aceleração na vacinação, aos quais o coletivo Brotinho voltou sua energia e que passaram a interferir no nosso cronograma, pois os atos ocorreram em dias de sábado pela manhã, quando costumávamos nos encontrar. Passamos, então, duas semanas sem visitar o espaço, voltando no dia 12 de junho, quando Yan, Raíssa, Julia e Karine começaram a pintar o muro com cal, para facilitar a realização de grafite posteriormente. Depois disso, os protestos continuaram, bem como nosso envolvimento, de modo que só retornamos ao PANC no dia 17 de julho.

Nesse dia, iniciamos a fundação do segundo canteiro e prosseguimos com a pintura do muro. No encontro anterior, as pessoas presentes utilizaram vassouras simples para realizar essa segunda tarefa e tiveram dificuldades, já que o nylon das cerdas fazia a

“tinta” escorrer. Acontece que, em novembro de 2020, eu, Raíssa e Dimitri participamos de um mutirão de revitalização de uma praça na Ceilândia, organizado pelo RUAS, a mesma organização responsável pelo edital Lecria, onde pintamos o meio fio dessa praça também usando cal. Lembrei-me do material que utilizamos nesse mutirão (embora descobrir o nome “broxa” não tenha sido uma tarefa fácil) e fui comprá-lo no Canuto, loja de “materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas e utilidades para o lar” (como anuncia a fachada) próxima ao local da horta, onde buscamos diversas vezes por soluções de última hora.

Enquanto trabalhávamos, conversamos sobre a quantidade de tempo que já havíamos empreendido na construção dos canteiros e como gostaríamos de já estar fazendo outras coisas. Nessa conversa, Giovana mencionou algo que já tinha ouvido anteriormente de um colega do Movimento Passe Livre (MPL)²³, do qual ela tinha feito parte: “não somos uma empresa, por isso não devemos medir nossas ações baseados em uma lógica de produtividade”.

Essa fala me provocou extraordinariamente. De fato, pensar em uma tarefa apenas de acordo com a rapidez com que a realizamos seria reduzir nossa prática aos resultados materiais que deixamos visíveis no espaço, desconsiderando que esse tempo que gastamos é o tempo não só do trabalho, mas do acordo, da aprendizagem, da conversa, da observação e do descanso. Essa reflexão sobre o tempo também parte das comunidades zapatistas, não por acaso denominadas caracóis: como as decisões e o trabalho são coletivos, é necessária uma certa “demora” e paciência para que as informações e ideias percorram e sejam discutidas por toda comunidade. É assim que surge o lema “lento, pero avanzo” (Lento, mas avanço), registrado em um mural em Chiapas (Oliveira Filho, 2021).

²³ É interessante mencionar que existe um trabalho etnográfico sobre o MPL feito por uma integrante do movimento, a antropóloga Leila Saraiva (2017), em um exercício que se assemelha, resguardadas as diferenças temáticas, ao que busco fazer aqui. Como a autora e o coletivo do qual ela faz parte também possuem forte influência anarquista, me questiono se a reflexividade sobre as próprias ações é uma das características próprias dessa orientação política.

Figura 10 – Mural zapatista: “Lento, pero avanzo”



Fonte: Juan Manuel (2016)²⁴

Os retornos que tivemos em junho e julho corresponderam a uma mudança na periodicidade do PANC. Antes nos encontrávamos semanalmente e, a partir de então, essa frequência diminuiu, e já não tínhamos o mesmo fôlego para organizar mutirões semanais novamente. Diante disso, optamos por contratar o serviço de um profissional especializado que nos ajudasse a finalizar a etapa de construção dos canteiros. Com o apoio de Seu Francisco, que além de executar o seu trabalho também teve a paciência de nos ensinar, conseguimos, no dia 31 de julho, levantar o segundo canteiro (algo que sem ele demoramos quatro dias para fazer), com as mesmas dimensões e estrutura do primeiro. No dia 21 de agosto, construímos mais dois, com uma altura menor, de modo a facilitar o manejo por crianças.

²⁴ Disponível em: <http://www.rumbeandoporahi.com/encuentro-con-el-zapatismo-en-oventic-2/>

Figura 11 – Seu Francisco e Mimi descansando



Fonte: acervo do Projeto Agricultura na Cidade

Figura 12 – Construção de canteiro baixo



Fonte: acervo pessoal

Figura 13 – Karine e João preparam almoço na casa do Otto



Fonte: acervo pessoal

Entre as fotografias tiradas neste último dia, há algumas de Macaquito, um gato da rua, alimentado pelo Otto, que nos acompanhou desde o início da nossa trajetória. Macaquito nos observou, nos interrompeu, pediu carinho, mordeu, e definitivamente marcou o PANC, nos lembrando que aquele espaço onde atuávamos também era dele. Lembrar de Macaquito é também lembrar dos demais animais não humanos que viviam soltos na rua, cujas fezes nos preocupavam. De Bob, cachorro do vizinho Welbert, que de vez em quando escapava da sua casa e vinha brincar com a gente. De Astro, meu cachorro, a quem todos os membros do projeto foram apresentados para que ele não estranhasse quando eles entrassem na minha casa. Dos passarinhos, borboletas, formigas, mosquitos e outros insetos com os quais interagimos e não seria justo deixar de mencionar.

Figura 14 – O gato Macaquito deitado em meio a ferramentas



Fonte: acervo do Projeto Agricultura na Cidade

Em sua pesquisa sobre hortas urbanas em São Paulo, Mariana Machini (2018) fala da preocupação dos hortelãos com as medidas da prefeitura de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, que envolviam a pulverização de inseticidas pela cidade. Apesar desse combate ser importante, esses venenos também ameaçam atingir as plantas e outras espécies de animais, inclusive os predadores naturais do mosquito. A autora discute isso a partir de uma descentralização da figura humana como protagonista dessa construção:

Preocupações que vêm junto com a tentativa de propagação da ideia de que a vida humana ocorre com outros entes. E essa relação traz à tona o protagonismo de seres não humanos e uma ideia de força da horta, que é permeada por esses seres. O controle sobre aquele espaço não é exclusivo dos seres humanos. O controle sobre a vida humana não é exclusivo dos seres humanos, já que a vida humana depende da diversidade que, no caso das cidades – mas não só delas – mantém-se como uma resistência (MACHINI, 2018, p. 127).

Machini resgata a discussão sobre a Constituição Moderna em Latour (1994), isto é, a separação ontológica entre natureza (esfera dos não humanos/objetos) e sociedade (esfera dos humanos/sujeitos), para ressaltar o hibridismo inescapável à agricultura (e ao mundo, de forma geral), em que os não humanos não são meramente domesticados, mas também determinam as condições da ação humana e vice-versa. Ela também apresenta a abordagem de Donna Haraway (2016) e Anna Tsing (2015) sobre as ideias de Antropoceno (enquanto centralidade da ação antrópica), Capitaloceno (centralidade do modelo político e econômico) e Plantationoceno (relacionado ao sistema de *plantations* do período colonial), às quais as hortas comunitárias se contrapõem, lembrando das hortas cultivadas por escravos frente às *plantations*:

Os estudiosos já entendem faz tempo que o sistema de plantação baseado no trabalho escravo foi o modelo e motor dos sistemas de produção à base de máquinas ávidas pelo consumo de carbono, frequentemente citados como ponto de inflexão para o Antropoceno. Nutridas, mesmo nas circunstâncias mais adversas, as hortas de escravos não só forneceram comida humana fundamental, mas também refúgios para uma biodiversidade de plantas, animais, fungos e tipos de solos. As hortas de escravos são um mundo pouco explorado, especialmente em comparação com jardins botânicos imperiais, em termos de dispersão e propagação de uma miríade de seres. Mover essa geratividade semiótica material ao redor do mundo, para a acumulação de capital e de lucros – o deslocamento rápido e a reformulação de germoplasma, genomas, estacas, e todos os outros nomes e formas de pedaços de organismos e plantas, animais e pessoas desenraizados –, é uma operação de definição do Plantationoceno, do Capitaloceno e do Antropoceno tomados em conjunto. O Plantationoceno prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas, que sustentam tanto os humanos quanto os não humanos, por culturas que produzem, por exemplo, óleo de palma (HARAWAY, 2016, p. 4).

O controle do espaço não só não é exclusivo dos seres humanos, como mesmo entre nós não há uma garantia de controle. Como é possível notar na Figura 12, o muro que havíamos pintado de branco, com o intuito de facilitar a criação de um mural de grafite, rapidamente sofreu intervenções de outras pessoas. Era de se esperar, porém isso nos fez questionar se não teria sido melhor realizar essa pintura em uma data mais próxima do mutirão de grafite que pretendíamos fazer. Afinal de contas, cobrir pichações é algo sensível, que além de poder transmitir uma mensagem de hierarquização entre as práticas, também poderia nos inserir em um conflito indesejado: a guerra de tinta (o grafite também ser coberto por pichações). Em meio a esse imbróglio, começamos a

planejar o mutirão em questão: pensar em artistas que gostaríamos de convidar e fazer orçamentos de materiais.

Planejamento, a propósito, é algo fundamental para que tenhamos condições adequadas de trabalho. Por exemplo, precisávamos calcular com antecedência quantos tijolos, sacos de cimento e areia seriam necessários para cada canteiro. Também era necessário fazer o pedido dos materiais com antecedência, para que recebêssemos a tempo dos mutirões, assim como era necessário saber quantas pessoas tinham a presença confirmada, para definir as tarefas que conseguiríamos realizar. Em alguns dias em que passamos manhã e tarde no espaço, saber quantas pessoas estariam presentes também era importante para saber a quantidade de comida que deveria ser comprada para o almoço. Tendo em vista a exigência de prestação de contas do edital, as compras deveriam ser planejadas para facilitar a emissão e o entendimento de notas fiscais.

No dia 31 de outubro, tivemos um encontro sem planejamento prévio das tarefas, motivados apenas pela necessidade de nos encontrarmos, já que isso não tinha acontecido desde agosto. Acabamos, na hora, decidindo construir mais um canteiro, pois havia materiais que sobraram dos mutirões anteriores. Os integrantes do projeto que não compareceram nesse dia não entenderam bem porque tomamos essa decisão, e o desenvolvimento desse canteiro que iniciamos acabou sendo continuamente postergado. Esse dia, contudo, marcou o fim de um hiato, e esse fim marca, na verdade, o começo de um novo momento no projeto: quando decidimos fazer atividades abertas.

Em novembro, como efeito do aumento de pessoas vacinadas, o Brasil passou a registrar queda diária na média móvel de mortes pela Covid-19²⁵, contexto no qual nos sentimos mais seguros para, finalmente, convocar o mutirão de grafite e sinalização artística da horta. Convidamos Aline (que assina como Line), indicada por Mimi, para ser nossa artista de apoio. Além de criar uma arte para o nosso muro, ela nos indicou uma loja de tintas com um bom preço e desconto e se comprometeu a escolher as cores e buscar os sprays no dia do mutirão. Como esse é um material relativamente caro, perguntamos a ela qual quantidade seria suficiente para conseguirmos fazer algo agradável sem gastar muito, e ela pensou em uma quantidade e em técnicas para otimizar o uso das tintas.

²⁵ LOPES, Nathan; ESPINA, Ricardo. Média de mortes pela covid fica abaixo de 270 no Brasil após um ano e meio. **UOL Notícias**. 2 nov. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/11/02/covid-19-coronavirus-casos-mortes-02-de-novembro.htm-media/>>

Quando perguntamos a ela sobre o valor que achava justo por todo esse trabalho, ela ficou surpresa e disse que não havia necessidade de remuneração, que “só de ter a tinta já está ótimo”. Fizemos questão de pagá-la, explicamos que apesar de precisarmos economizar, pagar pelo seu serviço não seria um sacrifício no nosso orçamento, e seria uma forma de recompensá-la por todo o esforço. Apesar disso, ficou evidente que o seu interesse em participar não se dava por um possível ganho financeiro, mas estava mesmo em conhecer o PANC e em deixar sua marca. Conversamos sobre o fato de precisarmos cobrir as pichações e chegamos à conclusão de que não havia outra alternativa, de modo que deveríamos contar com a compreensão de que aquela área já estava destinada ao grafite antes.

O dia do mutirão amanheceu nublado, com a grama ainda molhada da chuva da noite anterior. Já sabíamos que isso poderia acabar desmotivando as pessoas de comparecerem, mas o coletivo estava mobilizado independentemente disso. Nesse dia, comparecemos eu, Otto, João, Raíssa, Dimitri, Valentim (filho de Raíssa e Dimitri), Julia, Karine e Vitória, que levou seu amigo André. Aline também chegou junto a outras duas amigas grafiteiras, Gisa e Kendy. Com uma lona e cordas, improvisamos uma cobertura em frente à casa do Otto, onde poderíamos trabalhar caso começasse a chover (o que, de fato, aconteceu). Além do grafite, havíamos planejado a construção de placas de sinalização.

Nesse dia, Julia e Karine, ambas estudantes de Nutrição, ficaram responsáveis pelo lanche e passaram boa parte do período do mutirão na cozinha. Karine mora no Novo Gama, entorno do DF, motivo pelo qual precisava ir embora cedo e não pôde ficar conosco depois de termos lanchado. Antes de ir embora, porém, pedi para que ela posasse para a foto, para que tivéssemos um registro da sua presença (Figura 19). O almoço ocorreu na minha casa e foi preparado pela minha avó, Luciene.

Por conta da chuva, que em alguns momentos estava mais fraca e em outros mais forte, as intervenções na parede precisaram ser feitas entre intervalos, por mais determinadas que as grafiteiras estivessem. Por essa mesma razão, ficamos com elas até às 19h30 na casa do Otto, depois de já termos finalizado a confecção das placas e arrumado o local, esperando a chuva passar para que pudessem fazer os retoques finais que desejavam.

Figura 15 – Aline e Gisa grafitando o muro



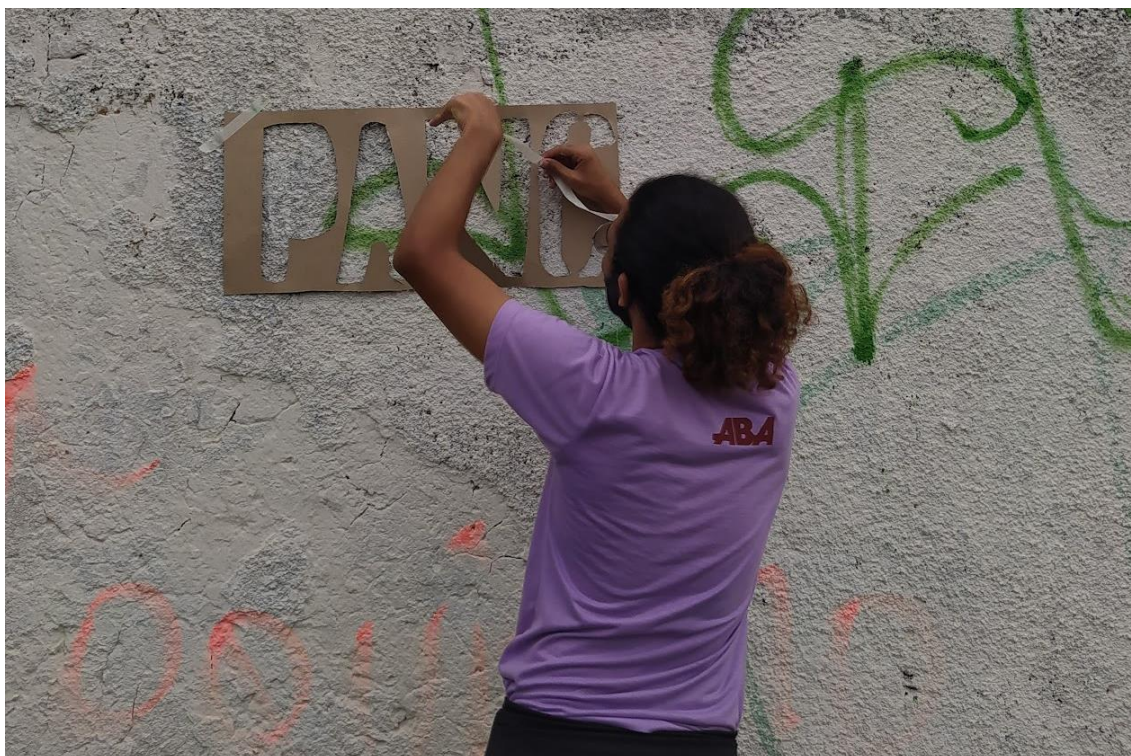
Fonte: acervo pessoal

Figura 16 – Otto e Raíssa confeccionam placas



Fonte: acervo pessoal

Figura 17 – Eu (Erin) preparando stêncil



Fonte: acervo do Projeto Agricultura na Cidade

Figura 18 – Valentim pintando placa



Fonte: acervo pessoal

Figura 19 – Karine posa para foto antes de ir embora



Fonte: acervo pessoal

O mutirão foi avisado à escola com a qual dividimos o muro que foi pintado, que aprovou e afirmou ter repassado o convite aos responsáveis dos alunos, e à Secretaria de Cultura do DF, para a qual perguntamos se era necessário algum tipo de autorização. Desta, a única resposta que tivemos foi que direcionaram o nosso e-mail à subsecretaria responsável. Não foram poucas as tentativas, ao longo de todo o ano de 2021, de obter uma regularização para a nossa atividade. Mesmo quando obtivemos uma resposta mais completa, a partir de um ofício elaborado pelo Café, ela nos informava apenas sobre mais burocracias.

A falta de uma concessão formal do uso do espaço nos impediu de ter acesso ao suporte técnico da Emater/DF e nos vulnerabiliza diante de uma possível ação de remoção. Por outro lado, a ausência de auxílio do Estado contribuiu para sedimentar a nossa autonomia, aqui entendida como a possibilidade de definirmos nosso próprio caminho, por meio de decisões não subordinadas ao poder estatal e do aprendizado coletivo que nos permite não depender de uma assistência externa. Souza (2012, p. 81) fala sobre a concepção de *autonomía* para os movimentos sociais argentinos do início do século XXI, para os quais ela consiste em “construir o ‘poder popular’ apesar do Estado e independentemente do Estado”. Ainda de acordo com ele,

Isso se mescla com a ênfase posta na autogestão e nas formas de organização “horizontais” e não autoritárias. A maneira como tudo isso se concretiza tem a ver, muitíssimas vezes, com organizações e práticas espaciais insurgentes: desde “*cortes de ruta*”/“*piquetes*” até a implementação de hortas comunitárias e *comedores populares* (SOUZA, 2012, p. 81).

Nas semanas que se seguiram ao mutirão de grafite, continuamos a pintar o muro e começamos a preencher o fundo dos canteiros com pedaços de troncos, com o intuito de facilitar o escoamento de água após inserção da terra. Esses troncos foram apanhados na UnB, onde tinha acontecido a poda de algumas árvores. Julia e Vitória são moradoras da Asa Norte, mesmo bairro onde fica a universidade. Essa dispersão territorial das pessoas do coletivo, vista em alguns momentos como problema, dada a necessidade de grandes deslocamentos, foi o que possibilitou termos conhecimento e nos utilizarmos de recursos que também estavam dispersos. Do mesmo modo, foi fundamental que Raíssa, Julia e Vitória dirigissem para que pudéssemos transportar as coisas²⁶.

Já era dezembro e ainda não havíamos começado a plantar. Porém, já era possível para qualquer transeunte perceber uma apropriação daquele espaço. As cores e desenhos enunciam algo diferente daquilo que havia em fevereiro (Figura 4). No mural que criamos, eu desenhei uma releitura (Figura 21) do caracol zapatista (Figura 10). Originalmente, o caracol está usando uma balaclava, pois os zapatistas não revelam suas identidades individuais, mas minha irmã Maria Clara me perguntou se a máscara em seu rosto era para protegê-lo do coronavírus. Eu disse a ela que “pode ser”. O espaço estava aberto às múltiplas possibilidades de significação.

²⁶ No dia 10 de outubro de 2022, já próximo à finalização deste trabalho, Raíssa me disse que, em alguns dias, ela não estava se sentindo muito disposta e mesmo assim foi para os mutirões, por pensar que o carro era algo importante.

Figura 20 – Foto do local depois da construção dos canteiros e do grafite



Fonte: acervo pessoal

Figura 21 – Releitura de caracol zapatista: “Lento, mas avanço”



Fonte: acervo pessoal

Em adição aos troncos, também colocamos pedras nos canteiros. Pedimos um caminhão de brita, que as depositou em frente à casa do Otto, para que transportássemos a quantidade adequada usando o carrinho de mão. Trata-se de um trabalho que não foi possível fazer em um único dia e por isso o monte de pedras permaneceu ali. No intervalo entre um mutirão e outro, devido à chuva, o monte acumulou um cheiro ruim e Otto, que não morava sozinho (dividia a casa com a Bia, que foi muito paciente e acolhedora), se sentiu incomodado. Esse episódio trouxe à tona uma sobrecarga que ele vinha sentindo há algum tempo, já que todos os nossos materiais ficavam armazenados na sua casa e isso impactava na limpeza e na organização, somado ao fato de usarmos o seu banheiro e cozinha. Posteriormente, levamos os materiais para a minha casa, que, embora seja um pouco mais distantes (duas ruas), é bem maior e tem uma área específica para depósito.

2022 se iniciou e trouxe consigo uma série de reconfigurações. Otto, João e Bia decidiram se mudar, Otto iniciou uma residência em regime de dedicação exclusiva, Raíssa e Dimitri também se mudaram (impactando a carona de Karine), Café foi convocado para um cargo público, Gislaine começou a estagiar e optou por sair do projeto, Álilien e Giovana também saíram por razões íntimas, Mimi foi morar na Guiana Francesa a trabalho, houve o retorno das aulas presenciais na UnB, e diversas condições das vidas de cada membro do PANC já não eram mais as mesmas de quando começamos o projeto. Enquanto algumas pessoas se afastaram, outras se aproximaram. Eu e Julia, por exemplo, começamos a ter uma relação romântica.

As atividades seguiram concomitantemente ao surgimento dessas novas circunstâncias. Colocadas as pedras, nossa preocupação passou a ser a terra. Chegamos a gastar cerca de 900 reais com sacos de terra “pronta” para um único canteiro. Além de isso não ser financeiramente viável, não tínhamos controle sobre o processo de preparo dessa terra, o que nos moveu a buscar alternativas. Vitória já tinha observado, ao passar de carro, um lugar que fazia fretes de terra comum e conseguiu o contato. Raíssa se encarregou de comprar adubo e minerais para que pudéssemos nutrir essa terra. Com o que gastamos em um canteiro, conseguimos, dessa outra forma, preencher os outros três, e ainda ter muito material sobressalente. Quanto a essas sobras, Raíssa me disse que, no próximo projeto que ela participar, ela deseja ter mais conhecimento de “gestão”, pois acabamos desperdiçando muitos recursos e energia.

Figura 22 – Preparo da terra para os canteiros



Fonte: acervo pessoal

Os canteiros terminaram de ser preenchidos no dia 26 de março, com a ajuda de Hoffman, morador da QNJ. Logo em seguida, começamos a plantar mudas que Raíssa tinha preparado durante as semanas anteriores ao mutirão. Tínhamos quiabo, abóbora, milho, tomate, couve e girassol. Nesse dia, ainda foi possível utilizarmos a água da casa do Otto, porém ele já estava em processo de mudança, por isso seria necessário que eu e minha família nos dedicássemos à tarefa de regar. No dia seguinte, fui com meus avós e meu irmão fazer isso.

Figura 23 – Meus avós, Luciene e Luiz, regam a horta



Fonte: acervo pessoal

Agora que, de fato, tínhamos uma horta, marcamos uma atividade com a escola, intitulada “Hortas urbanas, escola e soberania alimentar”, na qual pretendíamos ter uma roda de conversa e, em seguida, mostrar a horta para a comunidade escolar. A atividade ocorreu no dia 2 de abril e apenas um casal de pais, Claudiane e Daniel, compareceu com seu filho Augusto. Digo “apenas” pois havia uma expectativa, tanto da nossa parte como por parte da coordenação da escola, da presença de mais pessoas. A coordenadora nos informou que muitos dos estudantes daquela escola não moram na região, mas estudam lá porque é próximo ao local de trabalho dos responsáveis.

Derek von Behr, arquiteto que pesquisa agricultura urbana, também compareceu, somando-se a mim, Julia, Vitória, o casal e a criança mencionados. Em vez de uma roda mais sistematizada, como ocorreria caso houvesse um número maior de pessoas, conversamos mais informalmente e em seguida regamos as mudas e instalamos as plaquinhas que havíamos confeccionado no ano anterior.

Figura 24 – Daniel tira foto de seu filho Augusto regando a horta



Fonte: acervo pessoal

Figura 25 – Placa de sinalização da horta



Fonte: acervo pessoal

Nos mutirões seguintes, nós continuamos plantando e fizemos uma espiral de ervas com os tijolos e terra que ainda tínhamos remanescentes dos canteiros. No dia 23 de abril, enquanto plantávamos, Welbert (tutor do cachorro Bob) passou com sua filha pela horta e ela plantou algumas mudas com a gente. A irrigação dessas mudas, porém, era uma questão.

Além de eu trabalhar e estudar, passando pouco tempo em casa durante a semana, era necessário caminhar uma distância relativamente longa carregando baldes pesados de água para regar a horta, o que tornava a tarefa inviável de ser feita diariamente. Welbert disse que plantou dois abacateiros ali perto e, de vez em quando, quando ia regá-los, aproveitava para também molhar os canteiros, mas também não tinha uma frequência certa.

Para lidar com essa questão, criamos um sistema de gotejamento simples com garrafas PET e cordas, o qual se somava à cobertura do solo com palhagem, que, por sua vez, ajuda a conter a umidade por mais tempo. Acreditávamos que isso não seria suficiente diante do período de seca que se iniciava, mas era o que podíamos fazer no momento. Foi durante essa tarefa, no dia 11 de junho, que eu, Julia e Raíssa conhecemos Seu Antônio, morador de Samambaia que trabalha em uma loja de móveis usados bem próxima à horta. Ele nos viu regando as plantas e disse que poderíamos pegar água na sua loja.

Idealmente, a essa altura, já teríamos construído um sistema de irrigação mais complexo em parceria com a escola, que em 2021 havia se disposto a contribuir com a água. Se, do lado de lá, houve uma troca de coordenação que correspondeu a uma perda de entusiasmo em relação a essa parceria, da nossa parte, ficamos presos no planejamento. Tivemos algumas reuniões em que isso foi pautado, mas faltavam ideias práticas de como poderíamos executar de maneira eficiente. Isso ocorreu não só em relação à irrigação, mas também a outras ações, como a composteira que gostaríamos de ter criado.

Não deixamos essas ideias para trás, como também o canteiro inacabado que mencionei anteriormente não foi meramente esquecido, mas elas foram suspensas como forma de seguir atuando, com a energia e as ideias mais simples que tínhamos condições de fornecer. Ademais, Raíssa chamou atenção para o fato de sempre “precisarmos voltar um pouquinho para o começo”, no que diz respeito à limpeza do espaço. Como a horta

fica ao lado da quadra de esportes, acabou se tornando uma extensão dessa área de convivência. Entretanto, “o povo deixa a sujeira contando que a gente vai limpar, sendo que a proposta não é essa, não é ser um serviço terceirizado”.

Essa observação evidencia um limite do uso do conceito de “comum” para descrever experiências de hortas urbanas, como fazem diversos autores (SINISCALCHI, 2020; LIMA, 2020; MACHINI, 2018; SCHITTINI, 2018). Esse conceito se refere a produção de bens comuns, que rompem com a dicotomia entre bens privados (cujo acesso é mediado pelo mercado) e bens públicos (controlados pelo Estado, que não necessariamente viabiliza o acesso a todos) na medida em que envolvem uma agência e solidariedade das pessoas na conservação daquilo que é de interesse e desfrute comunitário. De acordo com Siniscalchi (2020, p.172):

Ora, se o comum se refere a uma relação dos sujeitos com a riqueza social, diferentes autores e ativistas estão pensando em diferentes expressões concretas desta riqueza. Em meio a esta diversidade de leituras, o comum pode ser entendido como um recurso material (uma coisa), como um bem imaterial (resultado de um trabalho imaterial), como um conjunto de práticas sociais (uma maneira de fazer) ou até mesmo como um princípio político (um horizonte de luta social).

Se indivíduos que convivem no mesmo espaço onde estamos buscando estabelecer o comum permanecem não sentindo necessidade de assumir sua parte nessa construção, podemos nos indagar quais são as fronteiras desse “comum”, quais são as diferenciações estabelecidas entre quem “colabora” e quem não, e como esses espaços podem estar perpetuando a própria lógica de desintegração que visam a combater (AGUILLAR; TRUJILLO, 2019; SCHITTINI, 2018; CAFFENTZIS; FEDERECI, 2014).

Em agosto, passados dois meses sem mutirões, eu decidi passar pela horta quando voltava para casa à noite. Apesar da nossa falta de cuidado, muitas plantas estavam verdes e florescendo. Gravei um vídeo dizendo “por incrível que pareça, as plantas não estão mortas” e mandei no nosso grupo do WhatsApp. Alguém estava regando a horta. “Deve ter sido o tio dos móveis seminovos”, disse Raíssa. Isso nos motivou a retornar ao espaço no mês seguinte e constatar que, de fato, Seu Antônio era o responsável por tal feito.

Junto a ele, eu, Raíssa, Café, Yan e Eduardo – membro da Teia dos Povos, organização com a qual temos afinidade, que compareceu a convite de Raíssa –,

organizamos os canteiros, retirando as plantas mortas e podando os tomateiros e os girassóis. Também plantamos novas mudas de milho (Eduardo possuía sementes de um banco de sementes crioulas) e de ervas medicinais, além de flores no chão, entre um canteiro e outro. As ervas foram preferidas em relação a legumes e verduras por precisarem de menos manejo, já que não estávamos conseguindo ser tão presentes, e por possibilitarem uma interação mais cotidiana da vizinhança com o espaço, já que são utilizadas para chás e não é preciso esperar muito para poder colher. Esse foi o último mutirão que antecedeu a entrega deste trabalho.

Figura 26 – Seu Antônio molhando Espadas-de-São-Jorge recém-plantadas



Fonte: acervo pessoal

Figura 27 – Café, Yan e Raíssa plantam em espiral de ervas



Fonte: acervo pessoal

Muitas coisas aconteceram nos meses em que nos ausentamos e Seu Antônio nos atualizou. A antiga casa do Otto agora tinha uma nova moradora, que, de acordo com ele, “é gente boa” e, inclusive, plantou alguns abacaxis. Ele também já tinha visto uma senhora de outra rua aparecer com o neto para regar os canteiros e plantar sementes no chão. Os tomates frutificaram e ele disse ter ficado 15 dias sem precisar comprar, assim como a couve (que ele me mostrou dentro do seu frigobar, quando pedi um copo d’água). Outras espécies foram perdidas, como o milho e o quiabo. Também há o lado ruim: uma das plaquinhas foi furtada, a outra foi quebrada, as abóboras estavam sendo arrancadas antes de crescerem e um dos vizinhos estava retirando a palha da horta para seu uso pessoal, afetando a cobertura do solo. Isso nos desmotiva, mas Seu Antônio é enfático ao apontar a ação reparadora, mais do que a desmobilização ou o conflito, como resposta:

É rapaz, se tivesse mais pessoas como vocês que gostassem de cuidar da natureza, o mundo era bem melhor. Mas aqui a gente vai fazendo o que pode, o pessoal não colabora muito, não, eles vêm só pra destruir. Mas eles fazem uma coisa ruim, a gente vai lá e ajeita, molha, bota terra no pé e vai arrumando. Está ficando bonitinha. Tem hora que eu fico meio triste quando eu vejo o pessoal

fazer coisas que não deve, igual o pessoal que estava lá sábado jogando um líquido estranho. Eu ia lá e o Welbert não deixou ir não. Disse que eles eram muito da pesada. Não deixou ir de jeito nenhum. Aí eu fiquei. Mas aí hoje eu já cheguei com a cabeça fria e fui lá, arrumei de novo. Está tudo certo. Vamos continuar. Vamos fazer o bem. Deixa eles fazer a maldade, a gente vai lá e conserta (Antônio, 29/10/2022).

As palavras de Seu Antônio permitem entender a produção do espaço como um processo contínuo de (re)afirmação e disputa, em que o comum não é uma característica dada, já que demanda um senso de coletividade, mas uma expectativa (no sentido de que pode ser frustrada) e um objetivo (como algo que deve ser perseguido). Em vez de criar formas de afastar o “outro”, que seria responsável pelos nossos problemas, a construção de uma horta comunitária convida à persistência.

Não há segurança em relação ao respaldo do Estado, à estrutura a que se tem acesso, à disponibilidade das participantes, à receptividade das frequentadoras, nem mesmo ao crescimento saudável das plantas. Há, contudo, um movimento. Como na parábola do semeador, há pessoas que saíram a semear e, mais que isso, estão colaborando para transformar a terra em solo fértil. É melhor que persigamos esse destino para que, alguma hora, as sementes germinem e deem bons frutos.

Considerações finais

O processo que descrevo neste trabalho não está encerrado, tampouco essa memória está livre de ser questionada e ressignificada. Entretanto, a narrativa construída sobre a experiência do PANC corresponde a um exercício de reflexão coletiva, que busquei sistematizar acima. Pensando a relação com o Estado e as instituições, com o edital de financiamento, com a pandemia de Covid-19 e com a vizinhança, demonstro como a construção autônoma de uma horta urbana está atrelada à capacidade de adaptação de todos os seres enredados por ela (dos seres humanos às próprias plantas).

Utilizo conceitos como a “produção do espaço” e o “comum” para pensar nesse processo de construção e adaptação como um dispersor de significados sobre as relações que os sujeitos estabelecem com o espaço. A partir do breve panorama que faço no primeiro capítulo, se torna possível conectar esses significados à história de Taguatinga.

As fotografias ocupam uma parcela grande das páginas do trabalho não só porque ilustram as atividades, as pessoas e o espaço, mas também porque foram essenciais no processo de reconstrução da experiência. Como tive meu celular, onde eu fazia minhas anotações de campo, gravei algumas entrevistas e salvei algumas referências, roubado no início do ano, olhar para as fotografias que estavam salvas em nuvem me possibilitou lembrar em quais dias nos encontramos, quais foram as pessoas presentes, qual atividade fizemos, onde comemos e como nos sentimos.

Por certo, há diversos aspectos que podem ser mais desenvolvidos posteriormente. Entre eles, me interesso, em particular, pela ideia de *circuito*, mencionada brevemente no primeiro capítulo. Ela permite considerar as diferenças e conflitos entre iniciativas diversas e seus atores, pontuando em que medida contestam ou reproduzem a ordem socioespacial.

Por fim, espero que esta monografia passe a integrar um repertório mais amplo de trabalhos sobre agricultura urbana nas Ciências Sociais. Diante da crise climática, os próximos anos serão vitais para pensar a cidade que queremos e as práticas ecológicas que faremos ecoar.

Referências

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Emater presta assistência técnica a 120 escolas públicas por ano**. 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://emater.df.gov.br/emater-presta-assistencia-tecnica-a-120-escolas-publicas-por-ano/>>

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture, *The Journal of Peasant Studies*, 47:5, 881-898. 2020.

BAKUNIN, M. **A Reação na Alemanha** .In: Cadernos Peninsulares, Nova Série, Ensaio 17. Tradução: José Gabriel. Portugal: Editora Assírio & Alvin, 1976.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Decreto nº 39.314, de 29 de agosto de 2018. Regulamenta a Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para as Políticas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF. Brasília, DF, 29 ago. 2018. Disponível em: <[Decreto 39314 de 29/08/2018 \(sinj.df.gov.br\)](https://sinj.df.gov.br/Decreto-39314-de-29/08/2018)>.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Decreto nº 43.303, de 10 de maio de 2022. Altera o Decreto nº 39.314, de 29 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para as Políticas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF. Brasília, DF, 10 mai. 2022. Disponível em: <[Decreto 43303 de 10/05/2022 \(sinj.df.gov.br\)](https://sinj.df.gov.br/Decreto-43303-de-10/05/2022)>.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 27, 2012.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Lei nº 6.671, de 21 de setembro de 2020. Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF. Brasília, DF, 21 set. 2020. Disponível em: <[Lei 6671 de 21/09/2020 \(sinj.df.gov.br\)](https://sinj.df.gov.br/Lei-6671-de-21/09/2020)>.

BUENO, E. F. A construção de hortas urbanas como prática política: potencialidades e contradições do Projeto Agricultura Na Cidade (PANC) em Taguatinga, DF. In: 27º Congresso de Iniciação Científica da UnB, 2021. Anais do 27º Congresso de Iniciação Científica da UnB e do 18º Congresso de Iniciação Científica do DF, 2021.

- BUTLER, O. **A parábola do semeador**. 1ed. São Paulo: Morro Branco, 2018.
- CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia. Commons against and beyond capitalism. Upping the Anti: a Journal of Theory and Action.
- CAMPOS, Thiago de Oliveira. Gestão do Território e Planejamento Urbano: O Caso de Taguatinga. Monografia: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Brasília, 2017.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, 2009.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J.; GONÇALVES, J.R.S (Org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 17-62.
- CODEPLAN. “Pesquisa distrital por amostra de domicílios - Taguatinga - PDAD/DF 2017”, Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, Brasília, Brasil. 2018.
- CORRÊA, D. S.; BALTAR, P. **O antinarciso no século XXI – A questão ontológica na filosofia e na antropologia**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], n. 123, p. 143-166, dez. 2020.
- DAMATTA, R. "Ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues". In: NUNES, E. (org). **A aventura sociológica**. RJ: Zahar, 1978.
- DOURADO, A. C. **A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano**. 2015. 183p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- DUTRA, Francisco. Cinco cidades concentram quase 50% da extrema pobreza no DF. Veja o mapa. Metrôpoles. 3 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/cinco-cidades-concentram-quase-50-da-extrema-pobreza-no-df-veja-o-mapa>>.
- FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA**, v. 21, p. 19-29, 2017.

GRAEBER, D. The auto-ethnography that can never be and the activist ethnography that might be. In: MENELEY, A.; YOUNG, D. **Auto-Ethnographies: the Anthropology of Academic Practices**. Toronto: University of Toronto Press, 2005, p. 189-202.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

KINUPP, V. F. Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. 2009.

LEFEBVRE, Henri. O fim da História. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.

LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz. Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, apendizados inesperados. 1 ed. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LOPES, Nathan; ESPINA, Ricardo. Média de mortes pela covid fica abaixo de 270 no Brasil após um ano e meio. **UOL Notícias**. 2 nov. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/11/02/covid-19-coronavirus-casos-mortes-02-de-novembro.htm-media/>>

LIMA, Márcia Maria Tait. Por que agricultura na cidade? A importância da Agricultura Urbana em contexto de emergência climática e sanitária. *Boletim Covid-19 - DPCT/IG* n.20 – 22 ago. 2020.

LÖVY, Michael, Walter Benjamín: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História', São Paulo, Boitempo, 2005, 160

MAGNANI, J. G. C. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. *Tempo Social* [online]. 2003, v. 15, n. 1, pp. 81-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>>. Epub 30 Out 2007. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>.

MACHINI, M. L. **Nas fissuras do concreto: política e movimento nas hortas comunitárias de São Paulo**. 2018. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)

- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** Tradução: Neves, P. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 183-294 p.

OLIVEIRA, Guilherme Nascimento de. Cultivando lugares: uma análise sócio-material da co-constituição de hortas comunitárias no Distrito Federal. 2019. 125 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.7

PRIMAVESI, Ana. Manejo ecológico do solo: A agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

REINACH, Mariana Homem de Mello; FABRIN, Guilherme Augusto. O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 2. 2020. <https://theanarchistlibrary.org/library/david-graeber-the-auto-ethnography-that-can-never-be-and-the-activist-ethnography-that-might-be>

SCHITTINI, G. M. **Limites, contradições e possibilidades transformadoras da agricultura urbana:** suas expressões em duas experiências de cultivo de alimentos na cidade do Rio de Janeiro, RJ. 2018. 370p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SENADO NOTÍCIAS. **CMA aprova projeto que institui Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.** Agência Senado. 4 ago. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/cma-aprova-projeto-que-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>>.

SINISCALCHI, Mateus Viriato de Medeiros. Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ). Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49639/49639.PDF>>

STRATHERN, M. Os Limites da Autoantropologia. In: STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 133- 158.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. In: Revista Cidades (9) 15, 2012c, pp. 59-93.

TSING, A. L. The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015. Tradução de Pedro Castelo Branco Silveira com revisão de Thiago Mota Cardoso. ILHA, v. 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul. 2015

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. A. Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 121

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Editora Elefante & Igrá Kniga, 2020.